

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: José Diniz Ano XXIII Mensário, Março 1997 N°262 Preço 140\$00

• Isenção de propinas

Despacho do secretário de Estado do Ensino Superior dá razão a recurso da ADFA.

página 5

• Foto do leitor

O concurso de fotografia lançado pelo ELO há dois meses já tem o primeiro vencedor.

página 10

• Debate no Porto

Os principais partidos políticos da oposição debateram com a ADFA a realidade dos deficientes.

página 4

• Aulas de natação

Primeiros associados inscritos já começaram as aulas na Piscina Municipal do Campo Grande.

página 2



ADFA



PORTE PAGO

Direcção da ADFA reúne com secretário de Estado da Defesa

À espera de medidas concretas

Depois do encontro com o secretário de Estado da Defesa, Júlio Pereira Gomes, a Direcção Nacional da ADFA considera que existe uma clara vontade política para resolver algumas das situações mais significativas dos deficientes das Forças Armadas. Mas os responsáveis da Direcção da Associação lembram também que nenhuma das medidas preconizadas foi ainda contemplada em proposta legislativa apropriada.

última página

FOTOS: FARINHO LOPES

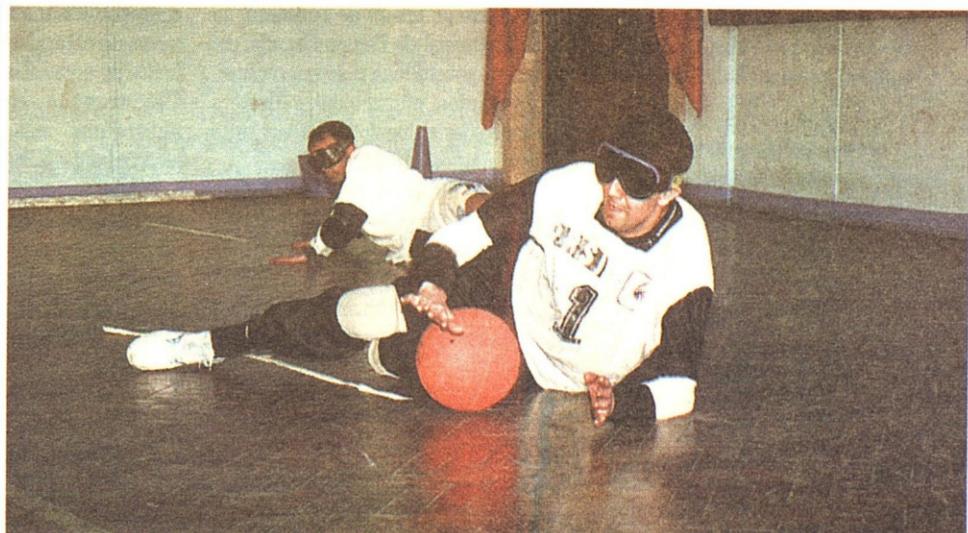


Sócio da ADFA gere quinta no Alentejo

Cultivar o futuro

Trinta anos depois de regressar da guerra, com 65 por cento de invalidez, Jaime Silva, foi durante mais de duas décadas fiscal de obras em Sines num gabinete que acabaria por ser extinto em 1989. Reformado mas não conformado, o ex-combatente quer continuar na terra onde nasceu e dedica-se à agricultura. Hoje, mesmo sem apoios, consegue manter nove hectares de terreno e mais de 40 ovelhas. No entanto, a Câmara de Sines quer os terrenos para urbanizar e só ainda não o conseguiu porque se encontram numa área protegida da costa alentejana.

página 6



Invisuais recuperam autonomia com Goalball

O "andebol" dos cegos

Mais do que um desporto para invisuais, o Goalball é uma modalidade que ajuda os praticantes a viver no dia-a-dia. O sentido de equilíbrio e orientação desenvolvidos dentro do campo depressa se tornam instrumentos de combate às barreiras físicas que os cegos enfrentam no quotidiano. A julgar pelo espaço conquistado nos últimos anos, o Goalball é uma modalidade em expansão. Todavia, a falta de apoios pode comprometer ainda mais todo um projecto que se quer estender às escolas, tanto primárias como secundárias.

página 5

Associação quer atingir independência económica

Conselho Nacional aprova orçamento

O Conselho Nacional da ADFA reuniu no fim de Fevereiro. Depois de aprovar o plano de actividades e orçamento - dois documentos essenciais à actividade da Associação neste ano -, o debate centrou-se na apreciação do estudo sobre a criação da Delegação de Lisboa. O Conselho deliberou também acerca da realização do 4º Congresso da Associação, ouviu a comissão responsável pela elaboração do Regulamento Geral e fez ainda o ponto da situação sobre a reivindicação legislativa.

página 8



Assembleia Geral Nacional Ordinária

Convocatória

A Mesa da Assembleia Geral Nacional, ao abrigo da alínea a) do artigo 25º dos Estatutos, convoca todos os associados para a Assembleia Geral Nacional Ordinária, que se realizará às 14h00 horas, do dia 19 de Abril de 1997, na Sede da ADFA, sita no Edifício ADFA, na Av. Padre Cruz, 1600 Lisboa, com a seguinte - ordem de trabalhos:

1 - Analisar e votar o Parecer do CN sobre a execução dos orçamentos da ADFA (alínea c do artigo 34º); 2 - Discussão e votação do Relatório de Actividades do CN, o Relatório e Contas da DN e o respectivo Parecer do CFN (alínea b do artigo 34º); 3 - Proposta de actualização de quotas para 1998; 4 Regularização da situação dos associados que têm quotas em atraso (deliberação da AGN de 13ABR96).

Lisboa, 13 de Março de 1997

A Mesa da Assembleia Geral Nacional
Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício
(Presidente)

Ficha técnica



PROPRIEDADE

Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Administração e Redacção
Av. Padre Cruz - Edifício ADFA
1600 LISBOA

Telefone: (01)7570502
7570583 / 7570645 / 7570702

Fax: 7571319

DIRECTOR

José Diniz

CONSELHO DE REDACÇÃO

Armindo Roque, Carmo Vicente,
Jaime Ferreri, José Maia,
Patuleia Mendes, Sá Flores,
Victor Sengo.

REDACÇÃO

Miguel Martins (editor),
Nuno Crespo, Sabina Xavier Pina,
Farinho Lopes (fotografia)

COLABORADORES PERMANENTES

Abel Fortuna, Anabela Vieira,
António Carreiro, João
Gonçalves.

CONCEPÇÃO GRÁFICA
MAQUETAGEM

Miguel Peixe Dias

PAGINAÇÃO

Armindo Roque

MONTAGEM E IMPRESSÃO

Imprinter SA, Rua Sacadura
Cabral, 26 Algés. Tel. 4198065

Gravação do ELO sonoro:
Centro de Produção de Material
da Segurança Social de Lisboa
e Vale do Tejo

Depósito Legal: 99595/96

Mensário distribuído
gratuitamente aos associados
em situação legal.

Assinaturas:

Anual: 1 400\$00.

Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.

Tiragem deste número
9 500 exemplares

Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no nº4 do Artº8 dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

- Carlos Malaino Seferino Nhamajo
- João Fernandes Ramalho Teigão
- Tempo Lino da Silva
- Antónia Manuel Coelho Munguambe
- Horácio José Fernandes Luz
- Aurora Olinda Antunes da Guia
- António Filipe Ferreira
- Carlos Alberto Sousa Cordeiro
- José Ivo Fernandes
- Rachido Candé
- Joaquim Gonçalves dos Santos
- Paulo Jorge da Silva Barros Ferreira
- Fernando Pinto do Nascimento
- António Felismino Muchate Zulo



Na opinião dos sócios inscritos, a natação também serve para relaxar

Aulas de natação na Piscina Municipal do Campo Grande

Câmara de Lisboa apoia ADFA

AS AULAS de natação, conforme anunciado na última edição do ELO, tiveram início no dia 19 de Fevereiro, na Piscina Municipal do Campo Grande, em Lisboa. Em poucos dias já se inscreveram dez praticantes, número que reflecte a necessidade deste tipo de iniciativas junto dos associados da ADFA.

O empenho de Margarida Grenha, professora e elemento do pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa, na sensibilização dos responsáveis daquela área, foi determinante para a disponibilização (a um preço simbólico),

de uma pista e de uma professora - Alexandra Costa - que, com muita simpatia, mas também com "mão firme", consegue obter dos "atletas" um elevado índice de aproveitamento nas suas aulas. Um exemplo, não só para outras autarquias mas também, para os associados da ADFA.

Este retomar da prática desportiva em Lisboa tem a particularidade de se dirigir para área de manutenção em vez do desporto de competição, pois os anos pesam, e os sócios da ADFA já se situam quase todos na casa dos cinquenta.

A natação tem a vantagem de ser um desporto que pode ser praticado por pessoas portadoras de qualquer tipo de deficiência. No entanto, é sobretudo para os que têm dificuldades de locomoção que este desporto faz mais falta, uma vez que estão impedidos de praticar uma série de outras modalidades. Outra vantagem da natação é que ela é uma das melhores terapias para os problemas da coluna vertebral. Além disso, o simples facto de se estar dentro de água tem um efeito relaxante, que, por si só, justifica a sua prática. • A.R.

Informações

Brindes ADFA

Encontram-se à venda, na Sede e Delegações, diversos brindes: canetas, isqueiros, porta-chaves multiusos e relógios, todos com o logotipo da Associação. A caneta custa duzentos escudos e é preta, tendo a sigla da ADFA na haste. Os isqueiros, são brancos, e estão disponíveis em dois tamanhos. O maior, electrónico, custa duzentos e trinta escudos e o mais pequeno - com pedra -, cem escudos. O Porta-chaves multiusos (abre-cápsulas, saca-rolhas e um pequeno canivete) custa cento e vinte escudos. O relógio, a pilhas com uma bracelete em pele, custa três contos e setecentos. Todos os interessados poderão também adquirir estes objectos através dos Correios (contra-reembolso).

Envio do ELO

A Direcção Nacional decidiu que neste número o envio do ELO fosse efectuado aos sócios que não tenham mais três anos de atraso no pagamento de quotas, situação que se manterá durante um tempo muito curto dado que a breve

trecho e definitivamente cumpriremos na íntegra os Estatutos, e quem não usufruir da isenção do pagamento de quotas, e tenha mais de seis meses de atraso no respectivo pagamento, deixará de receber o jornal. Quanto aos assinantes, aguardaremos mais dois números, para que efectuem o pagamento da assinatura correspondente ao ano de 1997; seguidamente, e com pena, cortaremos o envio do ELO àqueles que se não tenham posto em dia.

Encontro nacional 2+4

Está a ser organizado um encontro de todos os grandes deficientes (paraplégicos e tetraplégicos), e seus familiares mais chegados. O lugar previsto para a realização do evento é a Delegação da ADFA no Porto dia 24 de Maio.

Admite-se estafeta

Admite-se proprietário de moto ou motorizada e com carta de condução de ligeiros, para estafeta e condução de viaturas. Dá-se prioridade a filhos de sócios. As respostas devem ser enviadas, até ao dia 15 de Abril, para o Serviço

de Pessoal da ADFA - Avenida Padre Cruz, Edifício ADFA, 1600 Lisboa.

Aniversário de Viseu

A Delegação de Viseu vai comemorar o 1º Aniversário das suas novas instalações, e o 23º Aniversário da ADFA e da Delegação, realizando um almoço-convívio entre os associados e familiares no dia 4 de Maio, domingo, em Viseu. A Direcção da Delegação apela à participação dos sócios e, no próximo número, o ELO espera divulgar mais pormenores desta iniciativa.

IRS 1996

A entrega do modelo II de IRS, relativo ao ano de 1996, deve ser feita em qualquer repartição das finanças entre 16 de Março e 30 de Abril. A declaração modelo II comporta, além de eventuais rendimentos de trabalho dependente e pensões, as categorias B, C, D, E, F e G.

Fidelidade informa

Para obter mais informações sobre o acordo celebrado entre a

ADFA e a companhia de seguros Fidelidade (ver ELO de Janeiro) os interessados podem dirigir-se à Delegação do Porto, às 2ª e 4ª feiras entre as 14 e as 15 horas, onde estará um funcionário da companhia para prestar todos os esclarecimentos.

Número fixo de utente

Desde Fevereiro, todos os portadores do cartão de identificação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) que mudem de residência, e consequentemente de região de saúde, continuarão a manter o mesmo número individual de utente que tinham na antiga morada. A alteração do decreto-lei que permite manter o número de utente - independentemente da região do país onde este reside - pretende evitar incorrecções e a duplicação de cartões acesso ao SNS.

Funcionário administrativo

A Delegação da ADFA no Funchal, admite funcionário(a) administrativo(a). Exige-se conhe-

Reunião da Direcção Nacional com os sócios

DIA 4 DE ABRIL, a Direcção Nacional da ADFA convoca todos os associados para uma reunião de sócios na Sede, em Lisboa. O encontro está marcado para 20h30 e tem a seguinte ordem de trabalhos: 1- Análise sobre a criação de delegação de Lisboa. 2 - Informações carácter geral.

N.R. - Por lamentável lapso, a redacção do ELO não publicou a convocatória para a reunião de Março. Pelo facto pedimos sinceras desculpas.

*
**

• Realiza-se no dia 27 de Março, às 19 horas, o jantar anual dos associados de Vila do Conde e Póvoa do Varzim. O jantar é no restaurante "Bravos do Mindelo", na rua de Sagres junto à praia do Mindelo.

• Em Abril realizam-se reuniões dos associados em Chaves, no dia 9 às 10h30; na Lixa, no dia 12 às 10 horas e em Reunião Direcção Nacional com os sócios

O ELO corrige

• Na edição anterior do ELO, última página, no texto da fotolegenda sobre a compra do edifício da Delegação de Ponta Delgada, onde se lê "No dia 13 de Fevereiro a ADFA adquiriu, nos Açores, um edifício onde ficará instalada a Delegação de Ponta Delgada.", deveria ler-se: "No dia 13 de Fevereiro a ADFA adquiriu, nos Açores, o edifício onde está instalada a Delegação de Ponta Delgada."

cimentos em Word, Excel e Dbase (na óptica do utilizador), conhecimento de expediente geral, escritório, facilidade de expressão e redacção, facilidade de relacionamento, disponibilidade em deslocamentos e carta de condução. As habilitações literárias são determinantes da selecção dos candidatos. Dá-se prioridade aos associados e familiares que preencham os requisitos. As respostas com "curriculum vitae" detalhado, devem ser enviadas até ao dia 15 de Abril de 1997, ao cuidado da Direcção da Delegação da ADFA, Rua Velha de Ajuda, 50, São Martinho, Funchal.

Viagem a Madrid

A delegação do Porto da ADFA está a organizar uma viagem a Madrid, passando por Toledo e Segóvia. A viagem, que decorrerá de 7 a 10 de Junho, inclui visitas aos principais monumentos das cidades, com orientação de um guia turístico. Esta é uma iniciativa de âmbito nacional. Para obter mais informações, os interessados devem contactar a Delegação da ADFA no Porto.

Editorial

A deficiência da vontade



José Diniz

Este jornal tem-se feito eco dos problemas que ainda subsistem sem solução cabal quase vinte e três anos após o terminus da guerra. Problemas que se prendem com os deficientes em serviço, os stressados de guerra, os escalões, as graduações, a via-sacra interminável dos processos, a assistência nos Hospitais Militares, a disparidade de critérios entre as juntas médicas militares e as da Caixa Geral de Aposentações, enfim, com a escandalosa situação dos deficientes internados há 25 anos no Anexo do Hospital Militar Principal.

Os deficientes das Forças Armadas não pretendem grandes estruturas para tratar dos seus assuntos. Apenas gostariam de ver uma verdadeira vontade política para resolver os dramas e as angústias com que ainda se debatem. E desde que essa vontade seja real, basta o recém-criado CCADM (Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes Militares) para os debater e enquadrar a melhor solução.

É profundamente desgostoso e revoltante que sucessivos governos não tenham passado da atitude da palmadinha nas costas e deixassem por resolver questões tão simples como, por exemplo, o da não aceitação, por parte da Caixa Geral de Aposentações, de algumas das decisões das juntas médicas militares.

Os governos não podem apenas servir-se do que de bom receberam do passado para brilharem nas suas políticas sociais e económicas. Também têm de encarar de frente os problemas herdados e dar-lhe solução.

É do interesse nacional mandar militares para a Bósnia, para Moçambique, para Angola em missão de paz? Não contestamos isso e a própria opinião pública aceitou-o.

Foi do interesse nacional manter, durante treze anos, três frentes de guerra com centenas de milhares de homens em armas? À luz do enquadramento social, político e jurídico da época, era também, de facto, o interesse nacional que estava em jogo e o povo português aceitou isso estoicamente.

Ora, o interesse nacional não pode caducar com o fim de uma missão ou de uma guerra. Continua a ser do interesse nacional que aos filhos da Nação que se deficientaram na defesa directa ou indirecta desse interesse, sejam proporcionados meios dignos de reabilitação e de subsistência. E a situação só se extinguirá com a morte do último veterano deficientado nessas guerras ou missões.

Ouve-se dizer que os velhos e os deficientes não têm poder reivindicativo, por já não serem elementos produtivos da comunidade. Nós, que ficámos cegos, amputados, cochos, "cacimbados" em nome do interesse nacional, não podemos aceitar que isto aconteça. Se se lembraram de nós para servir de carne para canhão agora não podemos permitir ser votados ao esquecimento. Não podemos permitir que no dealbar do século XXI possam acontecer situações como a retratada pelo Padre António Vieira num sermão de 1669: "Se servistes a Pátria que vos foi ingrata, vós fizestes o que devíeis e ela o que costuma."

Esta fatalidade que nos persegue há séculos tem de acabar. Basta que a vontade dos homens que comandam os destinos desta mesma Pátria não seja também ela deficiente. ●

Cartoon



A Toga com galões

Jaime Ferreri

E tudo isto
porque só entendo
os militares, só percebo
que o país deles necessite,
se forem um corpo
com dignidade própria,
uma instituição
indissociável
da própria ideia
de nação.

Lembro-me ainda daquela missa em que o padre chamou do altar às inspecções o grupo de mancebos que de pequenos se conheciam; quase todos se encontraram pela primeira vez quando as mães os matricularam na escola. Era a tropa e a escola que marcavam a gente da minha geração. Dos nomes que o abade leu três deles tinham partido para França. Não desertaram por convicção ou em busca da diminuída liberdade desses tempos; era a fome, o rafado salário de jornaleiro da terra, a côdea de broa com suor conseguida, que fizera o "milagre" de dar consciência aos jovens nas promessas de trabalho e no sonho duma vida melhor. Os outros, a vintena avantajada que a terra mandava a sortes, saíram todos apurados na nudez envergonhada da primeira prova.

Era assim para toda a gente; a pátria reclamava, nem sempre com mandatários dignos, mas o povo obedecia. Eu também obedeci pois de pequenino me criaram para obedecer. Quando me questioneei pela primeira vez o tempo de opção tinha ultrapassado a vontade que me dava conta então possuir.

Colocaram-me nos ombros uns galões e suporrei naturalmente a farda que eles engalanavam; nunca abusei deles nem do direito que deles derivava. Conheci oficiais e sargentos a quem reconheço a mesma dignidade de uso mesmo tendo em conta que, por opção, seguiram a carreira das armas. Reconheço que a dureza de alguns era a melhor forma de defender os seus subordinados e por isso guardo a memória de um meu segundo comandante num regimento deste país. (Devia dizer num regimento do norte; estou a ficar cheio dos arautos do norte sem qualquer valor de

delegação. Serei sempre do norte mas nunca nortista ou alisbonado).

Nunca gostei de fardas e muito menos dos camuflados com que agora se enganam coelhos e uns pobres e raros tordos pelos dias de caça. Estou à vontade pelo meu não militarismo assumido mas vejo o meu país, em chefias de representação que dos votos derivam, em machadadas certas, a combater, pelas leis, as Forças Armadas a que um dia me obrigaram pertencer. E pareço adivinhar a diminuição do poder que deviam possuir nas reformas de gabinete, nos acordos quase secretos da lei fundamental. Eu só discordo... outros "tiveram" mesmo de demitir-se...

A instituição militar não se dignifica desta forma. Os militares não podem ser apenas profissionais, funcionários públicos, mais um corpo civil fardado. Somos sempre gente de excessos; banimos de vez o serviço militar obrigatório e já queremos também banir de vez os tribunais militares. A solução intermédia seria sempre a mais correcta. Há questões de

justiça que mesmo envolvendo militares (a serem apenas cidadãos) se podem e devem tratar em tribunais civis. Todos os restantes casos, pela diferença específica do regulamento, pelo necessário sistema padronizado de aplicação da justiça, pela celeridade, pela necessária formação dos juizes, deve continuar confiada aos tribunais militares.

Não me interessa muito que os militares tenham de ser julgados por mulheres; as mulheres que hoje estão nas Forças Armadas podem ser amanhã coronéis e talvez não demore o tempo da primeira generala. De qualquer modo serão sempre juizas militares no seu saber e experiência conseguida.

E tudo isto porque só entendo os militares, só percebo que o país deles necessite, se forem um corpo com dignidade própria, uma instituição indissociável da própria ideia de nação. Caso contrário basta aumentar os efectivos da polícia, dar-lhes os navios, os submarinos, os aviões e colocar qualquer doutor (nem sei se só dos de Coimbra, Lisboa ou da Universidade Católica) a superintendente geral.

Respeito a greve de quem trabalha mas não me agradam militares grevistas, aceito a igualdade perante a lei mas não suporto militares sem hierarquia, escolho um cidadão pela sua capacidade profissional mas não me basta um militar que apenas funcione. Para mim, os militares têm de ser, para além de cidadãos, o pedaço de pátria a garantir a própria pátria e talvez, se forem isso, os mandantes do passado em possíveis tentações dum presente-futuro não tenham mais o poder de a transformar na pátria-madrasta que muitos ainda recordamos. ●

Coluna do Zangão



Estátuas

Victor Sengo

"O lá, meu caro. Vejo pela tua cara que não me esperavas tão cedo."
- "É verdade. Desta vez nem tive tempo de preparar o material para registar as tuas palavras." - retorqui eu.
- "Pois bem. Não te preocupes. Hoje o tema vai ser interessante."
- "Ah sim!... E vamos falar de quê?"
- "De estátuas. Exactamente: de estátuas."

Parece que vai sendo hábito plagiar-se o ex-comissário da Expo'98. Se no cinema já há tanto tempo que atribuem as célebres estatuetas conhecidas por «Óscar's». Se a vida é um filme ininterrupto...então vamos às estátuas.

- "Vamos lá então" - respondi com uma enorme curiosidade.

- "Pois bem. Começemos pelo ex-comissário da Expo'98. Se ele acha que merece uma estátua, então, se não aparecerem os habituais desmancha-prazeres, é dar-lha. Até porque uma «derrapagem» daquelas não é qualquer um que consegue.

O Sr. primeiro-ministro reconheceu que a Expo'98(?) vai dar um enorme prejuízo.

Pois bem. Um País rico como o nosso tem a imperiosa necessidade de esbanjar a fortuna de que é proprietário. Não se tem conhecimento de pessoas que necessitem de uma casa para habitarem, pois todos os portugueses são felizes proprietários de habitações condignas. O desemprego é uma lembrança já tão longínqua que hoje ninguém tem a exacta noção do que isso foi. Merece também uma estátua.

Discutiu-se no Parlamento a Lei do aborto.

Uns grupos eram favoráveis, outros contra e outros ainda nem por isso. Acontece que os nossos esforçados representantes se esqueceram das mulheres. Primeiras e principais interessadas. - Estátuas para todos.

A Igreja Católica Apostólica Romana, vulgo Igreja Católica, é contra. (Aproveito para elucidar os meus caros leitores que católico significa universal. Consequentemente o termo não pode ser exclusivo de ninguém).

Uma vez que os padres não engravidam, embora alguns se esforcem por isso, e apesar de não estar informado de lhe ser atribuído qualquer estatuto especial para esta ou outras matérias, creio ser de toda a justiça a entrega de uma estátua.

Recentemente foi estreado um programa na televisão SIC, em que o seu apresentador, habilmente, conseguiu os objectivos dele e da entidade patronal.

Gerou-se enorme confusão. Não se respeitaram os sentimentos dos visados. Nada disso importa. Aumentaram as receitas? - Óptimo. Aumentaram as audiências? - Espectacular. Alguns familiares e amigos dos visados, menos «esclarecidos» ficaram preocupados? - Isso são pormenores de pouca monta. O seu responsável já reclamou, na imprensa, uma estátua. Sim senhor. É merecida.

Para o bastonário da Ordem dos Advogados, pela recente publicação de um anúncio para admissão de licenciados em Direito. - Uma estátua também.

Ainda tinha mais estátuas para atribuir. Acontece porém que esta coluna é forçada a um número rigoroso de palavras. Não posso escrever nem mais uma letra: - Uma estátua para os seus responsáveis.

Fico muito agradecido ao meu clube de admiradores que exigem uma estátua também para mim.

Obrigado meus amigos. Humildemente reconheço que nem um busto eu mereço. Adeus meus amigos. Eu voltarei. ●

Pesca desportiva na Barragem da Aguireira

REALIZOU-SE NA Barragem da Aguireira a Prova Nacional de Pesca Desportiva, organizada pela secção de Pesca da Delegação de Coimbra. Num dia primaveril o convívio e a alegria foram notas dominantes. Os objectivos foram alcançados, tendo a Associação saído prestigiada. Entre individuais e representantes de 28 clubes, estiveram presentes mais de 200 atletas. A lamentar a ausência dos Órgãos Sociais Nacionais, previamente convidados, e também dos Órgãos Sociais da Delegação, apenas representados pelo presidente da Direcção. ●

Carta aberta à ministra da Saúde

A ASSOCIAÇÃO Portuguesa de Insuficientes Renais (APIR) divulgou uma "carta aberta à Sr.ª Ministra da Saúde" em que se insurge contra a intenção daquele Ministério em propor aos familiares das vítimas do caso da hemodiálise de Évora o pagamento de uma indemnização de quatro mil contos para que estes retirem a queixa-crime que segue os seus trâmites no Tribunal de Évora. A APIR repudia tal proposta e defende que "as famílias das vítimas devem ser indemnizadas sem qualquer contrapartida", pois "o Estado não pode usar o dinheiro de todos nós para fazer acordos que ilibem os arguidos, responsáveis pela morte de 20 pessoas". ●

Fundação Gulbenkian dá subsídio à ADFA

A EXEMPLO dos anos anteriores, a Fundação Calouste Gulbenkian atribuiu à ADFA um subsídio destinado a satisfazer os pedidos que lhe são dirigidos pelos associados para aquisição de cadeiras de rodas, triciclos motorizados e à participação na compra de viatura própria. A definição de prioridades é ditada pela conjugação de vários factores, entre os quais se destacam o grau de desvalorização e os rendimentos do associado. Para o concurso de 1997 os associados interessados devem preencher o impresso próprio, à sua disposição na Sede Nacional ou nas delegações. ●

Rever funcionamento do Lar Militar

REVER O funcionamento do regulamento do Lar Militar e debater as questões relacionadas com os direitos dos deficientes das Forças Armadas, entre os quais o acesso a lares e instituições similares do Estado, foram os principais assuntos abordados na reunião de 5 de Março entre a Direcção Nacional da ADFA e o representante da Associação no Conselho Consultivo do Lar Militar (CCLM). Para já, o acesso a lares estatais é um ponto a retomar na próxima reunião com o CCLM, na primeira semana de Abril. ●

Porto

Partidos políticos debatem deficiência

"Deficientes do Distrito do Porto - presente e futuro" foi o tema de um debate organizado pelo Partido Comunista Português onde estiveram presentes várias associações de deficientes, entre as quais a ADFA. O objectivo do encontro, realizado no dia 17 de Fevereiro, foi dar a conhecer aos deputados comunistas, eleitos pelo círculo do Porto e representados por José Calçada (inspector do ensino e membro da Comissão de Educação na Assembleia da República), a realidade dos deficientes daquele distrito e as dificuldades e problemas das instituições de reabilitação. Além do PCP, a ADFA foi ainda recebida pelo Partido Popular e pelo PSD.

Quando confrontado com a hipótese, levantada pelo Presidente da ADFA Porto, Abel Fortuna, de uma acção comum de todos os partidos, no domínio da deficiência, José Calçada

disse não ser "possível neste quadro político, haver uma acção conjunta com este fim". O responsável do PCP deu como justificação o facto de "com a actual definição de prioridades, as áreas da Educação, Segurança Social e Emprego são as que acabam por ser mais severamente penalizadas, quando se decide dirigir a política nacional no sentido da ingressão de Portugal no pelotão da frente da moeda única".

José Calçada considerou ainda que as autarquias têm um papel importante no domínio da deficiência, "nomeadamente na questão das barreiras arquitectónicas", no entanto, reconhece que "há muito a fazer, inclusive nas autarquias de maioria comunista".

Paralelamente a este debate do PCP com várias instituições ligadas à deficiência, e na sequência dos pedidos de audiência aos partidos políticos com representação na Assembleia da

República, a ADFA Porto foi recebida pelo Partido Popular, dia 14 de Fevereiro, e pelo Partido Social Democrata, dia 3 de Março. Tanto o PP como o PSD mostraram-se sensibilizados para as questões ligadas à deficiência. Apesar de José Graça, do PP, desconhecer a existência do caderno reivindicativo (apresentado pela ADFA ao Ministério da Defesa Nacional) mostrou-se receptivo a visitar as instalações da Delegação do Porto e a aprofundar o seu conhecimento relativamente às propostas contidas no referido caderno.

O PSD, representado pelo deputado Pedro Vinha, foi mais longe e propôs uma reunião na ADFA com a presença de deputados das várias comissões ligadas à problemática da deficiência, no sentido de elaborar propostas a serem debatidas na Assembleia na República. ●

Anabela Vieira

DIREITOS RESERVADOS



Já entrou em funcionamento, na delegação do Porto, o Gabinete de Apoio Psico-Social (GAPS). Este serviço, que conta com a colaboração de duas assistentes sociais, tem como principal objectivo apoiar os sócios nos mais diversos domínios, desde a habitação, passando pela segurança social e pela saúde. A funcionar à 2ª feira de tarde (entre as 14h30 e as 17h30), à 3ª feira todo dia (das 9h30 às 17:30 com hora de almoço entre as 12h30 e as 13h30) e à 4ª, 5ª e 6ª entre as 9:30 e as 12:30, o GAPS pretende, entre as principais funções, fazer o acompanhamento aos utentes em situação de internamento hospitalar e reclusão, criar uma bolsa de recursos (instituições públicas ou privadas, civis ou militares), que possam responder aos problemas apresentados e apoiar pedidos de internamento. A promoção de actividades de carácter cultural, desportivo e de lazer é outro dos objectivos do novo serviço, tudo para dinamizar o associativismo. ● A.V.

Revista de Imprensa



EXPRESSO

22 de Fevereiro de 1997
"O número de voluntários e de contratados nas Forças Armadas portuguesas é já superior ao dos recrutados que cumprem a o serviço militar obrigatório."

PÚBLICO

23 de Fevereiro de 1997
"Um projecto designado por "os deficientes sem barreiras" foi lançado recentemente pela câmara algarvia de Alcoutim, visando o estudo e resolução dos obstáculos arquitectónicos que se colocam às pessoas com deficiências físicas. Durante dez semanas, quatro jovens, dois dos quais deficientes motores, vão fazer o levantamento dessas barreiras existentes na vila de Alcoutim, tendo em vista a elaboração de um estudo para a sua supressão."

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

24 de Fevereiro de 1997
"Há um ano, Carla aceitou ser a primeira a submeter-se a uma cirurgia realizada por uma equipa de médicos do Hospital Garcia de Orta, que permite o controlo da micção e da defecação, no caso das mulheres, e no dos homens também a erecção. (...) As cirurgias realizadas até agora, apenas três, foram todas um sucesso. Neste momento, a equipa, coordenada pelo urologista Paulo Vale e pelo neurocirurgião Cunha e Sá, preparam já o quarto doente"

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

6 de Março de 1997
"Totalmente paralisado há 500 dias, Jean-Dominique Bauby, 45 anos, ex-chefe de redacção da revista Elle, ditou o texto piscando o olho esquerdo, cuja pálpebra é a única que permanece válida, além do cérebro. Vítima da congestão cerebral, foi afectado, em finais de 1995, pela síndrome Locked-in, que, além de lhe ter provocado o tétano, o deixou mudo e impossibilitado de respirar sem apoio. Apenas o cérebro e um olho funcionam. Assim mesmo, Bauby elaborou um livro de 130 páginas em que narra a sua invulgar experiência."

Serviços na Delegação do Porto

SERVIÇOS SOCIAIS

Assistentes: Sónia Aguiar, Rogério Nascimento

SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL

Segundas Feiras - das 14H00 às 17H00

Quintas e Sextas feiras - das 10H00 às 12H00

Assistentes: Carla Gradim, Isabel Sousa

GABINETE JURÍDICO

Responsável: Dr.ª Manuela Santos

BAR / RESTAURANTE

Almoços: dias úteis e primeiros sábados de cada mês

CONSULTAS SOBRE STRESS DE GUERRA

Médico: Dr. Gustavo Wallenstein

Marcações: Sónia Aguiar, Rogério Nascimento

COMPRA DE VIATURAS COM ISENÇÃO DE IMPOSTOS

Assistente: Elizabete Couto

CAMPO DE JOGOS

Domingos de manhã. Outras datas: João Coelho

CONTACTOS:

Tel: (02)820403 / (02)820744 Fax: (02)825242

VEÍCULOS A DIESEL AUTOMÁTICOS ISENTOS DE CARTA DE CONDUÇÃO



Evasão

Fabricação e comércio de veículos isentos de carta de condução. Venda de veículos novos e em segunda mão. Estrada dos Cardais - 3840 VAGOS Tel. 034-799 00 50 Fax 034-793 850

Contactar ADFA - Alberto Pinto tel. 01-757 05 02/83 ou 01-7

Goalball ajuda invisuais a recuperar autonomia

Um desporto sem barreiras físicas

Sabina Xavier Pina
Os praticantes do único desporto criado especialmente para invisuais não desarmam. Há mais de vinte anos que entram em campo, jogam Goalball e mostram o que conseguem fazer num espaço sem barreiras físicas. Fora das quatro linhas, a batalha é outra. A modalidade atravessa períodos difíceis e esbarra contra obstáculos económicos que as entidades oficiais não parecem muito interessadas em resolver ou sequer conhecer. Entretanto, no Goalball, a tendência é contrariar a situação, não deixando a bola parar.

guerra mundial, o Goalball começou por ser um desporto exclusivo de indivíduos portadores de deficiência visual, situação que se vem alterando, inclusive em Portugal.

Ángelo Silva, internacional português e praticante há quatro anos crê que o Goalball seja o desporto mais adequado para pessoas com problemas visuais: "Além de se exercitar mais a audição, através dos lances e da defesa em campo, apreendem-se as noções de equilíbrio e orientação". O jogador explica que este fenómeno "pode até nem ser perceptível, mas é uma experiência que nos acompanha quando nos deslocamos na rua no dia-a-dia".

Em cada jogo participam seis elementos - três por equipa - sendo que a cada um corresponde uma área exclusiva em campo, tanto na defesa como no ataque, sempre delimitada por fitas em relevo coladas ao chão. O objectivo é marcar pontos colocando a bola na baliza da equipa adversária que tem 1,5m de altura e a largura de todo o campo, ou seja, nove metros. A bola pesa 1,250 gramas e tem no interior um objecto que emite um som que serve de orientação aos jogadores. As dimensões do campo são similares às do Voleibol (9 por 18 metros) e, embora as partidas tenham a duração de cerca de 40 minutos incluindo as paragens, o tempo útil de jogo é de sete minutos para cada parte. O facto de se rematar a bola com as mãos, faz com que haja alguma semelhança entre o Goalball e o Andebol.

António Santinha, um dos seis técnicos restantes do total de vinte formados com o apoio da Organização Nacional de Cegos de Espanha, adiantou ao jornal ELO que as actividades do Goalball se repartem entre "a preparação para as jornadas, a luta para atingir o nível competitivo compatível com



Ángelo Silva, internacional da modalidade, acredita no futuro do Goalball

a internacionalização através da selecção nacional e, sobretudo, as demonstrações, como forma de garantir a expansão da modalidade".

Apoios vitais

Hoje em dia, duas décadas sobre a data do aparecimento dos primeiros praticantes, a modalidade continua com carências várias, sendo que a sobrevivência depende de apoios da Associação de Cegos e Ambliopes de Portugal, de marcas desportivas, Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais, nomeadamente da Maia no Norte e Vila Franca de Xira. "Um recinto próprio para os treinos, com os respectivos adereços vinha em boa hora. Nem mesmo com uma participação decente no estrangeiro se conseguem mais apoios", desabafa o jogador Hilário Ramos que já participou em competições internacionais. O praticante perdeu a

visão quando ainda era criança e aprendeu a conviver com essa insuficiência: "penso que todos nós que andamos aqui sabemos que benefícios podemos colher praticando esta modalidade. Além do convívio ser óptimo, o Goalball faz-me sentir bem, como novo".

José Arruda, um veterano da modalidade manifesta a sua satisfação pelo desenvolvimento que se regista e sublinha que "praticar Goalball não é apenas uma questão de lazer, muito menos o princípio de que o desporto faz bem a saúde". Para este experiente praticante, "é essencial estar muito atento ao som da bola para detectar a direcção do seu movimento e fazer boa defesa. Esses componentes são autênticos estimulantes da audição, e é através dela que nos orientamos quando nos deslocamos. Isso é uma forma de reconquistar a autonomia". José Arruda adiantou ainda que, embora em Portugal se tenha levado muito tempo a compreender a importância da modalidade

de, "agora felizmente as coisas começam a tomar outro rumo. No fundo, está-se a tentar criar uma cultura de respeito pelas insuficiências, e isto é algo que leva o seu tempo".

Aprender no estrangeiro

O praticante Ángelo Silva representou Portugal em torneios internacionais, experiência que espera repetir: "Fui considerado o melhor marcador nacional. Foi muito gratificante ver o meu trabalho reconhecido. Por outro lado, a experiência vale por si. Os atletas dos outros países são profissionais e nós, como voluntários, só temos a aprender com eles", confessou com a satisfação de quem supera um obstáculo e a contenção de quem espera, sem ansiedade, por dias melhores. Ángelo Silva é também um caso de convivência saudável com sua condição. Era um promissor jogador de futebol quando perdeu a visão. Com as informações de que dispõe, ainda tem esperança de recuperar a visão, o mesmo sentimento que nutre pelo futuro do Goalball em Portugal.

Pelo calendário das actividades pode-se concluir que o futuro da modalidade não é uma miragem. Depende da abertura de quem de direito para a globalidade do desporto para os deficientes e da própria integração social. A este respeito, Mário Santinha diz que só "salvaguardando a vertente da autonomia, é possível ir mais longe, aproveitando a simpatia que a modalidade tem junto às crianças, nas escolas, para fazer um trabalho mais gratificante de forma a tornar mais autónomos os miúdos super protegidos", mas o técnico não esquece que a falta de apoios "compromete estes e outros objectivos". ●

Regime especial de isenção de propinas

Recurso da ADFA origina despacho

O DIREITO à isenção de propinas para os filhos de militares mortos em combate, deficientes das Forças Armadas e filhos foi reiterado pelo secretário de Estado do Ensino Superior, Alfredo Jorge Silva, no início de Fevereiro. O despacho surge como consequência do recurso apresentado pela ADFA - em Maio do ano passado - face à decisão de alguns estabelecimentos de ensino superior não concederem isenção no pagamento de propinas aos filhos dos militares mortos em combate (bem como dos deficientes militares) após a publicação da Lei 1/96, que estabelece normas relativas ao sistema de propinas do ensino superior.

O documento a que o ELO teve acesso

conclui que a legislação relativa "à isenção de propinas se mantém plenamente em vigor em nada tendo sido a sua aplicação prejudicada pela Lei 1/96". As divergências na interpretação da lei originaram o ressurgir de uma questão antiga que desde 1991 tem causado polémica: a existência de regimes especiais.

Em 1991, um parecer da auditoria jurídica do Ministério da Educação (ME) defendia a revogação do decreto-lei 358/70 por força de um artigo do decreto-lei 132/80 pois entendia que "os diversos tipos de auxílios económicos ou de serviços a prestar pelos serviços sociais" seriam determinados pelo ministro da

Educação e da Ciência. Um ano depois, em 1992, outro parecer da mesma auditoria invocava a revogação do decreto-lei 358/70 por incompatibilidade com dois artigos da Lei 20/92 (que estabelece normas relativas ao sistema de propinas). Nesta sequência foi pedido pelo ME um parecer ao Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República que concluiu que a Lei 20/92 "é uma 'lei geral' que deixou intocadas as situações especiais previstas em diplomas (...) que consagram isenções de propinas independentemente da situação económica do beneficiado".

Dois anos mais tarde, com a publica-

ção da Lei 5/94 (que também estabelece normas relativas ao sistema de propinas) o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) recomendou aos estabelecimentos de ensino superior a não aplicação do regime especial de isenção de propinas por entender que esta lei (5/94) o havia revogado. Apesar de considerar que "os regimes especiais representam uma séria distorção do sistema de propinas não sendo compatíveis com o quadro da autonomia universitária" e que "o decreto-lei 358/70 põe em causa a maioria dos cursos de pós-graduação", algum tempo depois, o CRUP recomendou às Universidades que passassem a conceder isenção de propinas nos casos de atribuição de condecorações e louvores. Como consequência alguns estabelecimentos entenderam necessário para a concessão de

isenção de propinas, a atribuição cumulativa de "louvor e condecoração". Foi solicitada a intervenção da Provedoria de Justiça que recomendou ao CRUP que "a expressão legal fosse considerada disjuntivamente e não cumulativamente". Surge então a Lei 1/96, que suspende as leis de 1992 e 1994, e cujo o último despacho do secretário de Estado do Ensino Superior, agora conhecido, considera como uma "lei geral" não pondo em causa os regimes especiais.

O ELO tentou obter uma posição da parte do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas face à decisão de Alfredo Jorge Silva, no entanto, o presidente do CRUP, Sérgio Machado dos Santos, mostrou-se indisponível para responder, em tempo útil, até ao fecho desta edição. ●

Nuno Crespo

Serviços médicos e psicossociais da Sede

Clinica Geral
médico: Dr. Fernando Brito
2ª - 13H00 5ª - 13H15

Psiquiatria
médico: Dr. José Tropa
6ª - 14H30

Urologia
médico: Dr. Paulo Vale
2ª feira - 17H00

Fisiatria
médico: Dr. Barros Silva
3ª feira - 14H00

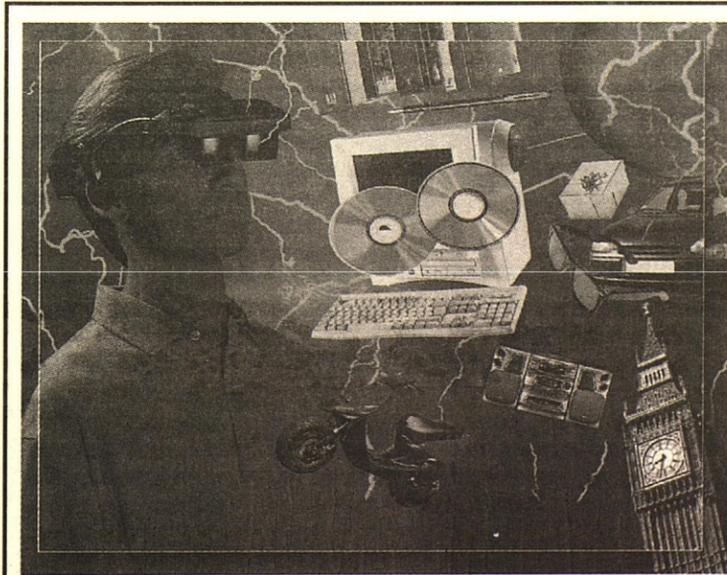
Análises Clínicas
6ª - 9H00 às 10H00

Psicologia Clínica e Stress de Guerra
Drª Teresa Infante
2ª, 3ª, e 4ª

Marcações: D. Elizabete Couto

Serviço Social
Drª. Judite Cordeiro
2ª, 4ª e 6ª até às 17H00

Marcações: Departamento de Apoio aos Sócios(DAS)



MG ESPECIAL JOVEM

Sai do virtual. Conosco o teu crédito é real.

Está na hora de passares do virtual para o real. Os sonhos já não comandam a vida. Agora para poderes ter, basta tu queres. Com o MG Especial Jovem, o que sempre ambicionaste, o computador, o carro, a mota, a tua viagem de finalistas, torna-se realidade. Passa nos Balcões do Montepio Geral e descobre as vantagens de ter um crédito especial em apenas 48 horas. Agora és tu que comandas a vida.

MONTEPIO GERAL
HÁ VALORES QUE DURAM SEMPRE

Grande deficiente há vários anos na agricultura

De África para o Alentejo

Nuno Crespo

Quando regressou da guerra para o Hospital Militar, Jaime Silva não imaginava que, quase trinta anos depois, o trabalho no campo seria a prova de que podem não existir barreiras intransponíveis. A agricultura, além de meio de subsistência, é a forma útil deste sócio da ADFA estar ocupado. No entanto, a situação pode-se alterar em breve, pois os terrenos onde agora trabalha são pretendidos pela Câmara Municipal de Sines.

Na terra natal de Vasco da Gama, com o mar no horizonte e sob um céu quase sempre azul, vive um homem que procura, apesar das contrariedades da vida, aproveitar ao máximo os dias. A história de Jaime Silva é a história de uma pessoa humilde que começa, tal como a de muitos outros da sua geração, com a partida, em 1963, para a Guerra Colonial. É em África, na Guiné-Bissau, onde esteve 24 meses, já no fim da comis-



A "pequena pecuária" de Jaime Silva, como gosta de lhe chamar, tem mais de 40 ovelhas

são, que quando se preparava para regressar é ferido por uma rajada de metralhadora que o faz ficar sem a perna direita.

Já em Portugal, permanece internado cinco anos no Hospital Militar, em Lisboa, onde aos poucos se tem que adaptar à nova realidade, a deficiência. Dessa época recorda, talvez, o mais fácil de contar: as horas que ele e os com-

panheiros passavam ao pé-cochinho, saltitando de um lado para o outro. O mais difícil, as operações, os enxertos, as 18 anestésias gerais, "isso, já lá vai".

Ao sair do hospital, com 65 por cento de invalidez, Jaime Silva deixa para trás oito anos de serviço militar, mas decidido a voltar a Sines - terra onde nasceu - para aí reconstruir a vida. Durante 22 anos é fiscal de obras -

atividade que foi aprendendo lentamente em livros que comprava - trabalhando para o Gabinete da Área de Sines, organismo responsável pela construção do porto da vila, do complexo industrial e de outras infra-estruturas da zona. Reformado, quando é extinto o gabinete (há cerca de sete anos), Jaime Silva passa a receber uma reforma com base apenas nos anos em que trabalhou para o gabinete, pois como se deficiente durante o serviço militar esses anos não contaram para uma pensão maior. Situação que ainda hoje lamenta: "quando me disseram que os oito anos que tive na tropa não contaram para a reforma nem quis acreditar, deviam ser 30 anos e não 22". Sem trabalho, tentou arranjar emprego mas, apesar da lei dizer que os deficientes militares "têm prioridade na nomeação para cargos públicos ou para empresas com a participação maioritária do Estado", a realidade foi bem diferente e as portas foram-se fechando.

Página virada, outro desafio

Mesmo reformado, Jaime Silva nunca foi pessoa de estar parada, nascido e criado no campo, desde cedo aprendeu a gostar do contacto com a natureza, razões mais que suficientes para o levarem a começar uma nova etapa na sua vida: a agricultura. Apesar de reconhecer que trabalhar a terra não é uma actividade fácil e que também não tem

sido nada facilitada (referindo-se ao problema das vacas loucas) nunca se deixou assustar com as dificuldades. A prótese na perna direita, "essa, não é problema". Com humor diz que lhe dói "mais a perna boa do que a outra" e conta, orgulhoso, o facto de pessoas que o conhecem há mais de 15 anos só muito recentemente souberam da sua deficiência, sem lhes dizerem "talvez nunca se tivessem apercebido".

Hoje, a sua "pequena pecuária", como gosta de lhe chamar, tem mais de 40 ovelhas, mas, no passado, chegou a ter 150. "Só que a saúde já não é o que era e o trabalho do campo não tem pena de quem está doente", comenta. No entanto, Jaime Silva sente-se bem com a vida que leva - a morte dos animais ainda é o que mais lhe custa - porque, acima de tudo, não está parado e "mesmo com as maleitas, próprias de quem andou na guerra", aos 54 anos ainda tem forças para criar galinhas, semear trigo, cevada, forragens para as ovelhas e cuidar duma área com quase nove hectares. Os dias começa-os bem cedo, por volta das sete da manhã, e em casa só pára o tempo necessário para comer. À noite deita-se a pensar na quinta e quando se levanta já está preocupado com o que tem para fazer.

O apoio sempre veio da mulher e dos filhos, de resto nunca teve outras ajudas, "a não ser uns subsídios" que recebeu da União Europeia. O terreno onde agora trabalha era de um conhecido até a Câmara Municipal de Sines o ter apropriado, uma vez que existem projectos para urbanizar a área. No início, chegou a ter um contrato de arrendamento com a autarquia mas, como actualmente esta pretende vender os terrenos, já não tem. O agricultor conhece bem a razão de tal procedimento "a Câmara quer vender os terrenos quando lhe apetecer e prefere perder o dinheiro dos arrendamentos a ter que no futuro pagar indemnizações", e acrescenta, "ainda não construíram aqui porque os terrenos estão numa zona protegida da costa alentejana e o processo tem dado problemas".

Jaime Silva sabe há dois anos que, mais tarde ou mais cedo, terá de abandonar os terrenos onde está, mas não quer pensar nisso e acredita que, quando for altura de sair, lhe darão outro terreno para poder continuar a fazer aquilo que lhe dá prazer: o "contacto com o campo, o ver nascer as ovelhas, o sentir que os animais precisam de mim".

Longe de Lisboa e da Delegação mais próxima da ADFA (Setúbal) Jaime Silva reconhece não ser um sócio muito participativo na vida da Associação, mas isso não o impede de ver tudo o que esta tem feito pelos interesses dos deficientes das Forças Armadas. No futuro deseja que a ADFA continue a fazer o que tem feito até hoje, defendendo aqueles que, tal como ele, muitas vezes, desconhecem os seus direitos.

Para si não faz grandes projectos, "só não queria deixar de trabalhar e ter que ficar em casa". ●

Horário da Sede

Expediente
09h00 às 18h00
Intervalo de Almoço
12h30 às 14h00
Serviço de Almoço
Segunda a Sexta
das 12h30 às 14h30
Serviço de Bar
Segunda a Sexta
das 9h00 às 19h00

Consultas

Solicita-se a todos os associados que façam as marcações das consultas, com antecedência, pelos telefones:
7570502 / 7570583
7570422 / 7570645
7570702 / 7570781

Apoiamos uma Agricultura Moderna e Competitiva

Consulte os nossos Serviços Estamos em todo o País

IFADAP
INSTITUTO DE FINANCIAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E PISCAS

Algodão Puro

C A M I S E I R O S

Pátio Bagatella, Loja E, Rua Artilharia Um / Travessa da Légua da Póvoa
Telef. 386 24 99 • Desconto para sócios da ADFA

Cadeira permite banho autónomo

COM APENAS uma cadeira, os deficientes motores podem reconquistar a autonomia na hora do banho. O invento - de fácil utilização - possui um ascensor que se encarrega de elevar e baixar o deficiente para o interior da banheira. A amplitude dos movimentos do mecanismo, além de aumentar a mobilidade do deficiente para a higiene e cuidados pessoais, possibilita ainda o acesso aos utensílios como o chuveiro, voltando à posição inicial depois do banho. Este novo sistema devolve aos deficientes motores a autonomia na higiene pessoal. A cadeira custa 85 contos e já se encontra disponível no mercado nacional. Para mais informações, os interessados deverão contactar o Gabinete de Estudos, Documentação e Informação na sede da ADFA. ●

Federação aprova orçamento

A ASSEMBLEIA Geral da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes (FPDD) esteve reunida na Sede da ADFA, no início de Fevereiro, onde aprovou o Plano de Actividades e Orçamento daquele organismo para o exercício de 1997. Os documentos foram apresentados pelo presidente e secretário da FPDD aos representantes das quatro associações presentes no encontro que cobrem, por áreas, os praticantes das diversas modalidades desportivas: Associação Nacional de Deficientes Mentais, Associação Nacional de Deficientes Motores, Associação Portuguesa de Cegos e Ambliopes - que representa os deficientes sensoriais - e a Associação Portuguesa da Paralisia Cerebral, para além de outras associações presentes como a ADFA, a Associação Portuguesa de Deficientes e a Liga Portuguesa de Deficientes Motores. O orçamento, que envolve verbas que ultrapassam os 300 mil contos, será financiado através de projectos a apresentar ao Instituto do Desporto e foi alvo de alguma polémica o facto das actividades regulares, onde se inclui a prática do desporto pela sua prática e consequente descoberta de novos valores para a prática desportiva, foi prevista a verba de 11 mil contos, pouco mais de três por cento do orçamento global, cujos algo mais de 96 por cento serão aplicados em planos de formação, preparação de selecções e área de alta competição. O Orçamento e Plano de Actividades não deixaram, no entanto, de ser aprovados por unanimidade. ●

Gráficos em relevo para cegos

A leitura de gráficos é já uma realidade para as pessoas com deficiência visual. Através de suporte informático, o novo sistema que permite aos cegos lerem gráficos é compatível com várias ferramentas de desenho por computador. Esta nova via de informação divide-se em duas componentes - o Zy-Fuse e o Zy-Text - que permitem a leitura de gráficos aos deficientes visuais. Enquanto o primeiro (Zy-Fuse) é uma máquina sofisticada que converte e reproduz os gráficos planos em gráficos com relevo, depois de copiados numa fotocopiadora convencional, o segundo (Zy-Text) é o papel que se deve utilizar para fotocopiar o objecto a reproduzir, possibilitando assim a leitura através deste sistema. De acordo com a informação a que o ELO teve acesso, o material custa 413 contos (390 para a máquina e 23 para cada conjunto de folhas). O Gabinete de Estudos, Documentação e Informação na sede da ADFA está disponível para mais informações. ●

Serviço telefónico pode ajudar na resolução de problemas

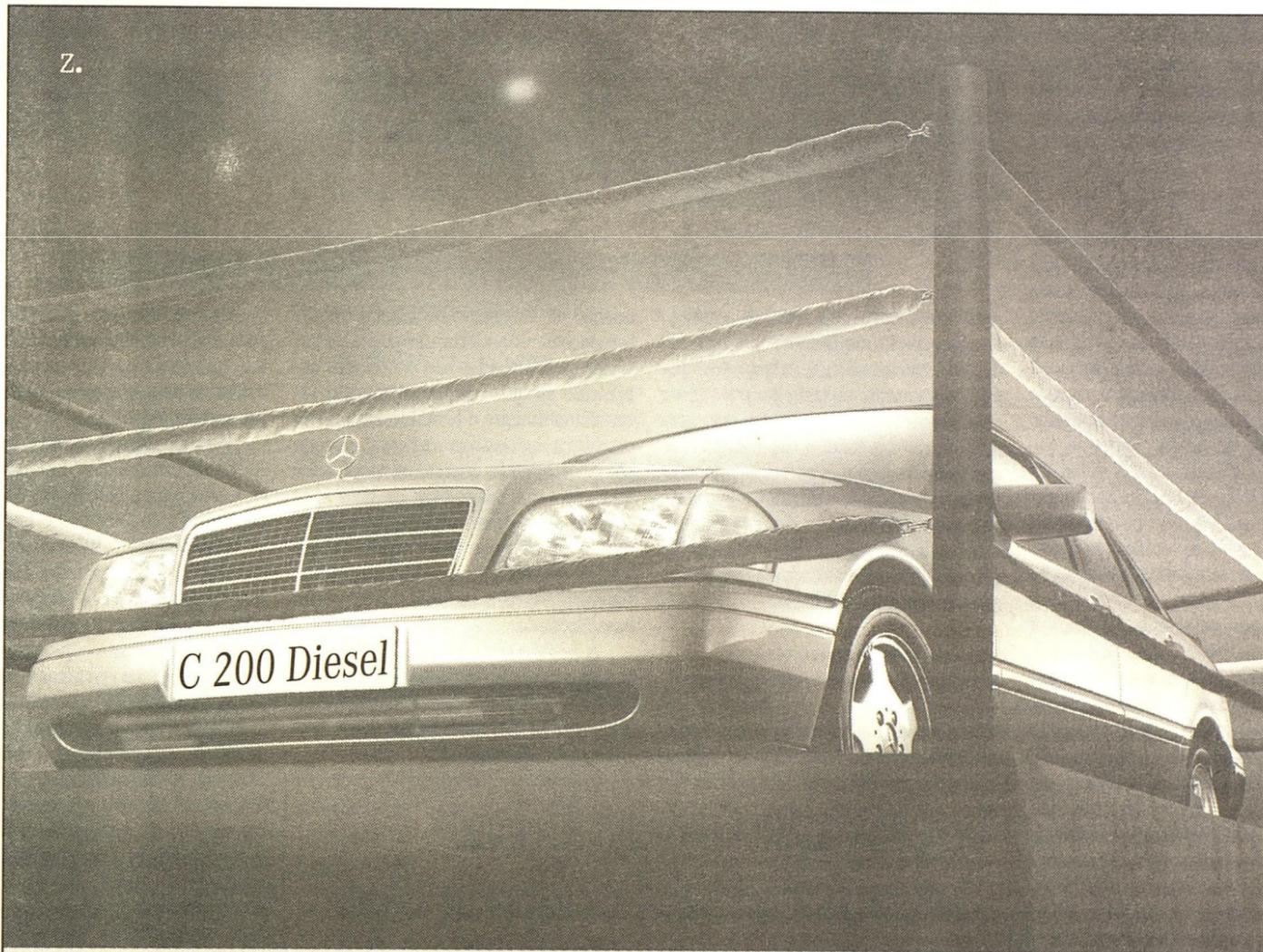
Deficientes procuram Linha Directa

DISCANDO O número 7959545 da rede de Lisboa, as dificuldades relativas à deficiência podem encontrar a solução desejada. Um telefone de acesso directo está, desde Janeiro de 1994, ao dispor dos deficientes e de todas as pessoas que pretendam informações úteis relacionadas com a deficiência. A "Linha Directa-Cidadão Deficiente" é um serviço que possibilita aos utilizadores respostas para situações concretas do quotidiano das pessoas com deficiência.

Este serviço de apoio pode ser procurado de manhã, entre as 10 horas e as 12h30, ou à tarde, entre as 14 e as 17 horas, sendo o atendimento feito por um técnico do Secretariado Nacional de Reabilitação. O facto da sua área de actividade se restringir a informação, em nada prejudica a qualidade de serviços prestados, uma vez que dali os utilizadores podem ser devidamente encaminhados para os serviços e entidades correspondentes às situações apresentadas.

Embora se pretendesse que a "Linha Directa-Cidadão Deficiente" fosse, de facto, um serviço utilitário desde o seu aparecimento que funciona com apenas duas linhas, longe de atingir a expansão inicialmente preconizada. Talvez a evolução desta Linha Directa dependa, também, do volume da sua procura. No entanto, os organismos responsáveis pela "Linha Directa-Cidadão Deficiente" - o Secretariado Nacional de Reabilitação e o

Ministério da Solidariedade e Segurança Social (através do Gabinete de Imprensa) - mostraram-se indisponíveis para responder em tempo útil às questões colocadas pelo ELO. Desta forma, não foi possível apurar qualquer estatística de serviços prestados aos utilizadores da linha, ou mesmo dados sobre uma possível expansão do serviço, já prevista desde 1994. Sabe-se apenas que a procura, embora variável, nunca deixou de existir. ● S.X.P



Novo motor C200 Diesel. 4 válvulas e 88 cavalos prontos para o que der e vier.

► A Mercedes-Benz preparou para o mercado nacional um motor diesel de combate. Um motor exclusivo para o nosso mercado que já deu no passado grandes provas nas estradas portuguesas. É o regresso do agora musculado motor de dois litros com 88 cavalos que equipa os modelos C 200D e C 200D Station.

► Não é de agora que a Mercedes-Benz ganha por "Knock-out" o campeonato de motores diesel. A técnica de 4 válvulas, desenvolvida pela engenharia Mercedes-Benz vem exibindo, ao longo de vários anos, vantagens que deixam a concorrência "K.O.": um elevado binário em toda a gama de rotações, uma maior potência, redução em cerca de 15% de emissão de gases de escape e garantia de maior longevidade.

► Mas o dado mais importante é a economia. É que estes novos modelos da Mercedes consomem 6,8 litros aos 100 Km (a uma velocidade média de 120 Km/h), tornando-se num verdadeiro tormento para os gasoleiros.

Classe C Limousine e Station
Desde 4.638 contos
(sem impostos)

Venha vê-lo no Concessionário



MERCAUTO, LDA.

Rua de Campolide, 437 (sete Rios), 1070 Lisboa
Salão de vendas: Tel.: 726 47 60 • Recepção de veículos: 726 90 58
Venda de peças: Tel: 726 34 34 • Fax: 726 94 88
Geral: Tel.: 726 25 65 • Fax: 726 94 90
Salão de vendas aberto aos Sábados.

Aprovados Plano de Actividades e Orçamento para 1997

FARINHO LOPES

José Diniz e Patuleia Mendes

Além da discussão dos dois documentos fundamentais para a actividade da ADFA no corrente ano o Conselho Nacional apreciou o estudo sobre a criação da Delegação de Lisboa, deliberou acerca da realização do 4º Congresso da ADFA, ouviu a comissão nomeada para a elaboração do Regulamento Geral da Associação e fez o ponto da situação sobre a reivindicação legislativa.



Foram várias as matérias em debate durante o Conselho Nacional

Com a presença de oito conselheiros representantes dos Conselhos das Delegações, outros tantos da Lista Autónoma, dos membros da Direcção Nacional e do Conselho Fiscal Nacional e da Mesa da Assembleia Geral Nacional, teve lugar no dia 22 de Fevereiro, na sede nacional, a reunião ordinária do Conselho Nacional (CN) da ADFA. Refira-se que esta reunião ordinária do CN devia ter tido lugar em Novembro do ano findo, mas, como os leitores devem estar recordados, estava-se então em plena crise associativa e em período eleitoral. Só após a tomada de posse dos novos órgãos nacionais foi possível agendar as reuniões periódicas previstas nos Estatutos, conforme já referimos no último número.

Antes de entrar na ordem de trabalhos o Conselho ouviu um ponto de ordem do conselheiro Anquises que preconizava um autêntico "puxão de orelhas" aos membros deste Órgão Nacional que, sistematicamente, não comparecem às reuniões, designadamente o representante do Conselho da Delegação de Évora. Aliás, a ausência da Delegação de Évora neste e noutros encontros associativos foi referida por diversas vezes ao longo dos trabalhos, acabando por ser aprovada, por unanimidade e aclamação, uma deliberação em que é fortemente censurado este procedimento (ver caixa).

O período da manhã foi ocupado pela discussão do Plano de Actividades e Orçamento para o corrente ano. Para além de aspectos pontuais na previsão de

receitas e despesas, foi realçado o esforço da Associação no sentido da sua independência económica, esforço esse que está bem patente no trabalho persistente de diversificação de actividades, por parte da Direcção Nacional e das direcções de algumas delegações, e no volume de valores movimentado anualmente, o que não é usual em instituições desta natureza. Findo o debate, o Plano de Actividades foi aprovado por unanimidade e o Orçamento apenas com uma abstenção.

Uma Delegação para Lisboa

O ponto que terá criado mais polémica foi, sem dúvida, a discussão sobre a

criação da Delegação de Lisboa. As intervenções reflectiram um pouco as posições generalizadas dos associados sobre este assunto: os que defendem incondicionalmente o levantamento desta estrutura associativa regional, os que são abertamente contra, os moderados que preferem pesar bem os prós e os contras e apontam para modelos alternativos de organização funcional e, por fim, os que ainda não tem uma opinião formada sobre o assunto, dada a sua complexidade.

A decisão tomada pelo CN reflecte a insegurança sobre o passo a dar e foi no sentido de se continuarem os trabalhos por forma a melhor habilitar uma deliberação definitiva.

Os restantes três pontos da agenda de trabalhos revestiram-se de um carácter informativo, merecendo alargado consenso as exposições e esclarecimentos apresentados.

Para a realização do 4º Congresso da ADFA foi preconizada a criação de uma comissão para a elaboração de proposta dos temas e do formato do mesmo.

Quanto ao Regulamento Geral da ADFA foi ouvida uma exposição pelo porta-voz da comissão respectiva que deu conta do andamento dos trabalhos esperando apresentar o projecto de regulamento num dos próximos Conselhos.

A reivindicação legislativa é, sem dúvida, o problema mais preocupante e delicado da Associação. O Presidente da Direcção Nacional fez uma exposição sobre as evoluções mais recentes deste processo e as perspectivas de contactos com o Ministério da Defesa Nacional até à realização da Assembleia Geral Nacional Extraordinária de 22 de Março, convocada precisamente para debater este problema.

A terminar, e para além da ordem de trabalhos, a DN deu a conhecer o esboço de programa para as comemorações nacionais do 23º aniversário da ADFA, a realizar em Bragança, apelando à dinamização e à participação nas actividades que irão ser promovidas em terras de Trás-os-Montes. ●

Deliberação do Conselho Nacional sobre as ausências da Delegação de Évora

O CONSELHO Nacional da ADFA, na sua reunião ordinária que ocorreu na sede da Associação, no dia 22 de Fevereiro do presente ano, face às consecutivas faltas de comparecimento às suas reuniões por parte do elemento representante do Conselho da Delegação de Évora, exprime a sua indignação pelo facto de tal procedimento evidenciar o desrespeito daquele Conselho pelas actividades associativas estatutárias, pelos delegados de todo o país, em suma, pela própria ADFA. Esta situação levará a que este Conselho se venha a debruçar sobre a real necessidade da existência da Delegação de Évora.

Reunião de sócios em Lisboa

Formas de luta geram polémica

NA SEDE da ADFA, no dia 7 de Março, às 20h30, realizou-se a reunião mensal da Direcção Nacional (DN) com os sócios. O número de associados foi inferior ao habitual, apenas 14 pessoas, em virtude do ELO, por lamentável lapso, não ter publicado a respectiva convocatória.

O encontro começou com uma intervenção do presidente da DN informando que os associados "sem pensão" que se encontram no Hospital Militar Principal e que foram à Junta Hospitalar de Inspeção continuam na situação em que se encontravam anteriormente. Informou também que já se realizou a primeira reunião da Comissão Consultiva do Lar Militar e que a DN irá ter uma

reunião no Ministério da Defesa Nacional, dentro de dias, para discutir a situação dos capitães coronéis e uma outra com o secretário de Estado da Defesa Nacional, no dia 11 de Março, da qual tanto poderiam sair "boas como más notícias".

O debate que se seguiu centrou-se na polémica da criação de uma Delegação em Lisboa, cuja proposta, apresentada no Conselho Nacional, não foi, paradoxalmente, levada ainda ao conhecimento dos sócios da área de Lisboa. Os sócios presentes pronunciaram-se contra a criação desta Delegação. Rebutaram exactamente aquilo que a Comissão apresentou como as suas maiores vantagens ou seja "a estabilidade e rentabi-

lização dos recursos existentes". Contrapuseram que duas direcções num mesmo espaço físico seria um foco de permanente desestabilização e que os custos acrescidos seriam de cerca de 16 mil contos por ano, valor que a Comissão não apresentou. Outras críticas apontavam no sentido de que não era correcto serem alguns sócios do norte a decidirem sobre a criação desta Delegação, mas que deveria passar primeiro por uma ampla discussão nacional, sobretudo junto dos sócios da área de Lisboa. Por outro lado existe um projecto em curso - conforme já foi anunciado no ELO anterior - de criar uma estrutura empresarial que gestionará as áreas

de hotelaria, serviços clínicos, tipografia, entre outras, e que libertará a DN para as questões mais importantes, como por exemplo, reintegração, legislação ou relações internacionais.

Um associado pronunciou-se nesta altura contra o facto de se estar a discutir um problema que, sendo importante, não é grave, pois insere-se na rivalidade norte-sul que sempre existiu no seio da ADFA, e que é de grande importância para a sua vitalidade. Propôs que se deveria discutir qual a estratégia a adoptar na Assembleia Geral Nacional no caso de a resposta do Governo ser "outro não" como "será previsível", sobretudo no que diz respeito "às duas questões mais importantes "o problema dos

"deficientes sem pensão" e os deficientes em serviço. A partir desta altura a discussão centrou-se sobre as formas de pressionar o governo a aprovar as reivindicações da ADFA para a resolução dos gravíssimos problemas com que se debatem muitos dos deficientes militares. As diversas propostas apontaram todas no sentido de alertar a opinião pública; na forma de mediatizar as reivindicações houve posições mais, ou menos, radicais. No entanto, mesmo alguns defensores de que "já não se está em 1975" e que a pressão não deve ser feita com manifestações de rua, afirmaram que, se a maioria assim o decidir, eles estariam na primeira linha da luta. ●

Armindo Roque

Sócios falecidos

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

António Guerreiro Valente

Sócio nº7762
55 anos
Faleceu no dia
30/01/97



Residia em Vila Real de São António, deixa viúva Maria Almerinda Brito Isabel Valente e um filho órfão. Teve acidente em campanha em Angola de que resultou fractura de coluna.

Manuel Maria das Neves Agostinho

Sócio nº9144
47 anos
Faleceu no dia
03/02/97



Residia em Coimbra, deixa viúva Dª Maria Fernanda Duarte dos Santos Jacob e uma filha órfã. Teve o acidente em campanha em Moçambique e 10% de desvalorização.

Manuel Conceição da Guia

Sócio nº10106
51 anos
Faleceu no dia
28/11/96



Residia em Sacavém, deixa viúva Dª Aurora Olinda Antunes da Guia e um filho órfão. Teve acidente em campanha na Guiné e 39% de desvalorização.

Manuel Francisco Nanque

Sócio nº8023
65 anos
Faleceu no dia
11/01/97



Residia em Elvas, deixa viúva Dª Júlia Salgueiro Belo Nanque e dois filhos órfãos. Teve acidente em campanha em Angola e 63% de desvalorização.

Joaquim Vila Boas Amorim

Sócio nº9766
57 anos
Faleceu no dia
24/01/97



Residia em Tâmega, Barcelos. Teve acidente em campanha em Angola e 40% de desvalorização.

As estranhas estórias de um historiador

Carlos Mendes
e Carmo Vicente

No II volume de "História Comparada. Europa e o Mundo", dado à estampa pelo "Círculo de Leitores", da autoria de António Simões Rodrigues, a dado passo, este historiador mimoseia os Deficientes das Forças Armadas com a seguinte prosa:

"1975- 22 de Setembro - Os deficientes das Forças Armadas, reivindicando uma maior atenção e justiça para os seus problemas, foram instrumentalizados por forças marxistas numa jornada de luta que culminou com uma tentativa de sequestro do Governo".

O historiador deve ter mais cuidado com o que escreve, pois que, em 1975, as forças marxistas atingiam um vasto leque dos portugueses, lembramos-lhe que o Partido Socialista se reivindicava do marxismo e até sectores do então Partido Popular Democrático se diziam marxistas. Pensamos, contudo, que o que o autor quer dizer é que os DFA, foram instrumentalizados pelo Partido Comunista. Nada mais falso. Podemos mesmo afirmar que quando da luta dos DFA em 1975, o Partido Comunista não tinha, na prática, qualquer influência na ADFA, o que aliás acontecia com qualquer dos outros partidos.

A ADFA, enquanto organização de deficientes, soube sempre pautar a sua conduta por uma independência firme frente ao poder e aos partidos políticos. Defendemos, isso sim, com unhas e dentes, a Revolução dos Cravos, o que

nem é de admirar, foi ela que acabou com a Guerra Colonial e permitiu que nos organizássemos para defender os nossos direitos.

Ao escrever o que escreveu, o historiador não está de modo nenhum interessado em fazer história, mas dar a sua opinião pessoal sobre os acontecimentos o que, para historiador, é pelo menos estranho. E nem sequer pode queixar-se de falta de material de investigação. Basta lembrar que 99 por cento dos protagonistas estão vivos, muitos dos quais podem ser encontrados na sede da ADFA. Bastava ouvi-los e depois escrever em conformidade.

Não o fez e arrisca-se a ir (daqui a alguns anos) parar àquele lugar onde a verdadeira história se encarrega de arquivar os historiadores que optaram pelo facilitismo.

.....

O historiador deve ter mais cuidado com o que escreve, pois que, em 1975, as forças marxistas atingiam um vasto leque dos portugueses, lembramos-lhe que o Partido Socialista se reivindicava do marxismo e até sectores do então Partido Popular Democrático se diziam marxistas.

.....

A luta dos DFA, de 1975, está bem viva na mente de todos nós e foi a forma encontrada para defender os nossos direitos. A única instrumentalização que recebemos foi a dos nossos membros mutilados, dos nossos olhos cegos, das nossas cadeiras de rodas e de todo um sem fim de sofrimentos adquiridos ao serviço do que então se dizia ser a Pátria Multirracial e Pluricontinental. Houve ainda uma razão que foi mais forte que todas as hipotéticas instrumentalizações político-partidárias de que fala o autor. Uma razão que nunca lhe passaria pela cabeça: a perspectiva da nossa fome e, sobretudo, da fome dos nossos filhos.

Foram estas e não outras as razões que nos instrumentalizaram.

Os poderes instituídos e os vários governos

instalados pós 25 de Abril, marxistas, socialistas ou social-democratas, estiveram-se sempre nas tintas para nós e se não tivéssemos enveredado por uma linha radical de luta, que foi crescendo até culminar com esta manifestação de 22 de Setembro, talvez o Dec-Lei 43/76 nunca tivesse visto a luz do sol. De qualquer modo foi uma lei escassa, pois mais de 50 por cento dos DFA ficaram de fora e continuam hoje, volvidos mais de 22 anos sobre o fim da Guerra Colonial, a sentir na carne essa discriminação de que foram vítimas.

Todos os Governos que se seguiram à revolução, têm impedido que os DFA em serviço sejam tratados em pé de igualdade com os seus companheiros de campanha. Muitos deles vegetam por aí desempregados, alguns passando mesmo fome, enquanto outros, obrigados a enveredar por profissões estranhas àquelas que em tempo útil tinham aprendido e que a deficiência não lhes deixou desempenhar, ganham vencimentos miseráveis, a que juntam a pensão ainda mais miserável com que o Estado pretende "reparar" a deficiência sofrida. Pensão que muitos deles irão perder, já que não a podem acumular com as reformas.

Quanto ao que o autor de "História Comparada" escreveu, nada mais a acrescentar...

É nossa opinião (não queremos fazer história) que este historiador foi instrumentalizado. ●

Venda de automóveis

VOLKSWAGEN E AUDI		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Gama Polos		
Polo Fox 1.0 4P	1.454.659.00	1.959.245.00
Polo GL 1.0 4P	1.665.483.00	2.205.909.00
Polo 3 Volumes 1.4	1.993.438.00	3.017.975.00
Polo 3 Volumes 1.9 D	2.208.178.00	4.148.371.00
Gama Golf		
Golf CL 1.4 2P	1.938.949.00	2.954.223.00
Golf CLD 1.9 4P	2.028.568.00	3.938.227.00
Golf GL TDI 1.9 4P	2.985.396.00	5.057.716.00
Golf TDI 4P Autom.	3.211.294.00	5.322.016.00
Golf VAR Movie 1.4	2.340.742.00	3.424.321.00
Golf VAR CLD 1.9	2.217.573.00	4.342.611.00
Golf VAR Movie TDI 1.9	2.884.387.00	4.939.535.00
Golf VAR TDI 1.9 Special	3.577.277.00	5.750.217.00
Gama Vento		
Vento CL 1.4	2.103.010.00	3.146.174.00
Vento CLD 1.9	2.171.737.00	4.105.735.00
Vento GL TDI 1.9	3.103.775.00	5.196.219.00
Gama Passat		
Passat B5 1.9 TDI		
Confortline.Top EC	3.960.804.01	6.198.943.00
Passat B5 1.9 TDI		
Confortline Top	3.731.415.00	5.930.558.00
Passat B5 1.9 TDI		
Confortline	3.299.823.00	5.425.595.00
Passat VAR CL TDI 1.9	3.215.059.00	5.509.711.00
Passat VAR GL TDI 1.9	3.765.286.00	6.153.476.00
Passat TDI VAR Automát.	3.964.931.00	6.387.061.00
Gama Audi		
Audi A4 1.9 Confort	3.756.579.00	5.960.000.00
Audi A4 1.9 TDI Plus	4.320.682.00	6.620.000.00
Audi A4 1.9 EC TDI Plus	4.530.084.00	6.865.000.00
Audi A4 1.9 TDI Sport	4.722.391.00	7.090.000.00
Audi A4 1.9 Tdi Avant	4.953.160.00	7.360.000.00
Audi A6 1.9 TDI	4.974.528.00	7.385.000.00

SEAT		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Seat Ibiza Comercial		
1.9 D Latino	1.765.987.00	2.379.166.00
1.9 TD Crono JLL	2.006.158.00	2.660.166.00
1.9 TD Crono JLL+ AC	2.199.192.00	2.886.016.00
1.9 TD Crono JLL+TA	2.096.158.00	2.765.466.00
Seat Ibiza 3 Portas		
1.0 SXE DA	1.648.073.00	2.185.539.00
1.4 Crono DA+JLL	1.641.635.00	2.606.366.00
1.9 D SE	1.658.032.00	3.504.683.00
1.9 TD SXE	1.916.160.00	3.806.710.00
Seat Ibiza 5 Portas		
1.4 Crono DA+JLL	1.710.011.00	2.686.366.00
1.9 D SE	1.734.855.00	3.594.583.00
1.9 TD SXE	1.994.500.00	3.898.410.00
Inca 2 Lugares		
1.9 D Van	1.632.184.00	2.222.616.00
1.9 D Van VE+FC	1.700.560.00	2.302.616.00
Cordoba		
1.4 Silhouette DA	1.777.533.00	2.765.366.00
1.9 GTD AC	2.522.998.00	4.516.710.00
1.6 SX AC	2.301.855.00	3.735.000.00
Alhambra		
1.9 TDI SE AC+2AB+AL	4.191.961.00	5.139.870.00
1.9 TDI SXE Climatonic		
2AB++AL+JLL+TAE+ABS	4.686.833.00	5.718.870.00
Toledo		
1.6 SE	1.934.334.00	3.305.001.00
1.9 TDI Marina		
AB2+ABS+TAE	3.505.904.00	5.666.710.00
FIAT		
MODELO	P.B	P.V.P
Cinquecento S	1.084.858.00	1.493.336.00
Cinquecento Sport.	1.228.220.00	1.814.145.00
Panda 899	1.020.072.00	1.448.536.00
Punto 55 S 3P	1.272.664.00	1.866.144.00

Punto 55 S 5P	1.328.220.00	1.931.145.00
Punto 75 SX HSD 3P	1.768.995.00	2.544.996.00
Punto 75 HSD 5P	1.823.696.00	2.608.996.00
Punto ELX TDS 3P	1.738.078.00	3.294.339.00
Bravo 1.4 3P	1.818.906.00	2.819.024.00
Bravo 1.6 SX 3P	2.188.637.00	3.618.211.00
Brava 1.4S 5P	1.883.094.00	2.894.124.00
Brava 1.9 DS S 5P	1.996.318.00	3.997.831.00
Brava 1.9 TDS ELX 5P	2.416.131.00	4.456.000.00
Marea 1.4 SX	2.182.410.00	3.244.324.00
Marea 1.6 ELX		
(CaixaAutomática)	2.652.825.00	4.161.311.00
Marea 1.9 TDS ELX	2.605.020.00	4.677.000.00
Marea Weekend 1.6 ELX		
(Caixa Automática)	2.607.526.00	4.108.611.00
Marea Weekend		
1.9 TDS ELX	2.752.883.00	4.850.000.00
Ulysse 1.9 TDs	4.670.034.00	7.084.380.00
RENAULT		
MODELO	P.BASE	
P.V.P.		
Twingo	1.274.204.00	1.880.000.00
Twingo Pack	1.368.221.00	1.990.000.00
Clio RL 1.2 3P	1.291.298.00	1.900.000.00
Clio RTI 1.4 3P	1.625.916.00	2.610.000.00
Clio RL 1.2 5P	1.355.400.00	1.975.000.00
Clio RN 1.2 5P	1.496.426.00	2.140.000.00
Clio RN 1.4 5P	1.668.651.00	2.660.000.00
Clio Bacará 1.4 5P	2.450.703.00	3.575.000.00
Megane		
Megane RL 1.4	1.873.328.00	2.905.000.00
Megane RN 1.4	2.044.268.00	3.105.000.00
Megane RT 1.4	2.228.029.00	3.320.000.00
Megane RT dT	2.502.408.00	4.475.000.00
Megane Classic		
Megane RN 1.4	2.087.003.00	3.155.000.00
Megane RN 1.6	2.179.833.00	3.625.000.00
Megane RT 1.9 dT	2.583.605.00	4.570.000.00

Megane Scenic		
Megane 1.4	2.292.131.00	3.395.000.00
Megane 1.9 TD	2.929.759.00	4.975.000.00
VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA		
Clio RT 5P	1.974.463.00	2.986.880.00
Megane RT 1.6 Gasolina	2.725.388.00	4.226.496.00
OPEL		
MODELO	P.BASE	
P.V.P.		
Eco 1.2 5P	1.269.361.00	1.951.000.00
Eco 1.2 3P	1.212.951.00	1.855.000.00
Swing 1.2 5P	1.512.096.00	2.235.000.00
Eco 1.4 5P	1.359.901.00	2.339.999.00
Eco 1.5 TD 5P	1.674.847.00	2.880.493.00
Swing 1.4 5P	1.963.736.00	3.218.493.00
Astra		
Rio 1.4 16V 4P	2.184.110.00	3.304.323.00
Sport 1.4 16V	2.326.845.00	3.471.323.00
Rio 1.7 TD	2.525.552.00	4.219.833.00
Sport 1.7 TD 5P	2.852.047.00	4.601.832.00
Rio Car 1.4 16V	2.305.477.00	3.446.323.00
Rio Car 1.7 TD	2.646.919.00	4.361.833.00
Sport Caravan 1.7 TD	2.973.415.00	4.743.833.00
Vectra		
Vectra 1.6 16V 4P	2.654.773.00	4.218.126.00
CD 1.7 DT 4P	3.092.218.00	4.882.832.00
Tigra		
Tigra 1.4 16V	2.096.076.00	3.201.324.00
Tigra 1.6V	2.510.329.00	4.049.127.00
AUTOMÁTICOS		
Corsa Swing 1.4 Autom. 5P	1.734.260.00	2.746.905.00
Tigra 1.4 Automático	2.410.606.00	3.538.230.00
Astra 1.4 Automático	2.367.016.00	3.487.229.00
Astra Carv 1.4 Automático	2.488.383.00	3.629.229.00
Vectra 1.6 Automático	2.837.679.00	4.401.032.00
EVASÃO		
Sprint 500 série II	1.615.385.00	1.890.000.00

A ADFACAR dispõe de informações na venda de viaturas (quer fornecidas com isenção ou não) acima mencionadas, sendo extensivo a outras marcas não referidas como: Mercedes; Nissan; Mitsubishi; BMW; Peugeot; e Ford. Estas informações/vendas, são tratadas através do sr. Alberto Pinto, nas horas de expediente, das 10h00 às 13h00 e das 14h30 às 19h00 pelos telefones: 7570502; 7570422, 7570583, e das 20h00 às 22h00 para o telefone 8595016, todos eles através da rede de Lisboa (01) Dispomos também de algumas viaturas usadas para venda em muito bom estado, a diesel e gasolina.

CONSULTE - NOS ANTES DE DECIDIR

Muitas das cartas que chegam à Redacção do ELO são demasiado extensas. Agradecemos que, no futuro, os seus autores sejam o mais objectivos e sintéticos possível para que os textos possam ser publicados na íntegra. De outro modo, ver-nos-emos obrigados a publicar apenas o essencial das cartas, eliminando o que nos parecer menos importante, procedimento que pretenderíamos evitar a todo o custo, pois poderá ser interpretado como forma de censura. Escrevam sempre. Exponham os vossos pontos de vista, as vossas críticas, os vossos problemas, os vossos anseios, de forma objectiva, isenta e sem considerações a despropósito, mas esforcem-se por ser breves. O ELO agradece a vossa colaboração e poderá, deste modo, dar a palavra a maior número de associados.

Deficientes em serviço e acumulações de pensões

No jornal ELO de Outubro de 1996, o Exmo. Sr. Secretário de Estado da Defesa disse que iria accionar de imediato o assunto junto do Ministério das Finanças e já lá vão quatro meses.

No campo de acumulações de pensões há três pontos que precisam de ser bem esclarecidos:

1º É atribuída pensão a quem nunca foi funcionário público e por isso nunca tem que se chatear:

2º É atribuída pensão a quem já era funcionário e esse tempo de tropa nunca lhe contará para nada mesmo abdicando da própria pensão. No final da carreira terá que optar pela civil ou militar.

3º Houve casos em que o deficiente nunca tinha pedido revisão de processo, era funcionário pagou o tempo de tropa normalmente e só mais tarde accionou o processo passando agora a receber uma pensão de invalidez em serviço. Aqui o deficiente está abrangido pela alínea (2) no final da carreira. E quem lhe paga os descontos efectuados?

O que é estranho no meio disto tudo e numa altura em que desde magistrados a polícias tudo vem para os meios de comunicação social apresentar as suas razões eu nunca vi um artigo sobre qualquer coisa em nossa defesa publicado pela ADFA, ou se já veio, é muito reduzido e as gerações vindouras irão apagar da memória o que foi a guerra colonial.

Se estou enganado não me crucifiquem, esclareçam-me.

Abel José P. Monteiro
Sócio nº 9095

Deveres e direitos

Seja-me permitido tratar-te por amigo e companheiro, pois ambos somos associados de pleno direito com os necessários deveres e direitos.

Apenas duas linhas relativamente ao conteúdo do teu Editorial no que concerne às Eleições Intercalares para os Órgãos Sociais Nacionais da ADFA, que decorreram no pretérito dia 11 de Janeiro de 1996.

Outras pessoas mais habilitadas que eu, poderiam dizer que tais Eleições não deixaram marcas nem sequelas bem grandes em pessoas que o não mereciam, pois essas pessoas de que tu falas no teu Editorial do nosso ELO deram sempre o seu melhor em prol da nossa Associação e, serem afastados, para não dizer saneados, só por verificarem que dos novos dirigentes eleitos, há indubitavelmente interesses próprios, o que na minha perspectiva é coisa impensável para a nossa Associação.

É pois, a razão principal que me levou a não fazer parte destes Órgãos Nacionais.

Mais poderia ser dito, mas como não desejo nem pretendo alimentar quaisquer polémicas estéreis, fico-me por aqui.

Bento Raimundo
Sócio nº 11521

NOTA DA REDACÇÃO - Submetida a presente carta, a que o autor chama aerograma, ao Conselho de Redacção para se pronunciar sobre a oportunidade da sua publicação, este foi de parecer que, apesar do seu estilo pessoal, a mesma devia ser publicada na íntegra e sem qualquer alteração na sua estrutura.

Recordações da minha Lisboa Páscoa

Uma noite triste, sem luar e com as sombras a percorrerem palmo a palmo as fachadas de um e outro edifício. Sentei-me, abandonado, faminto do que via e com o que não podia alcançar ou atingir.

Vejo a noite. Sozinho, sentado à beira-mar, onde umas gaivotas de mau agoiro rondavam a terra das colunas de onde me abeirava. Vejo-me quase a beijar as costas de Lisboa, quase que me chocava a sua vontade e a sua procura, só que ainda nada acontecia.

Sentir e ver bailar as fragas, que batiam fortemente no nosso bastião de Lisboa, quase que me deixava sonhador, uma vez e outra.

Meti as mãos nos bolsos das minhas calças, dei meia volta ao cais das colunas e surpreendido reparei não haver ninguém por ali. Sentei-me nos degraus da estátua de D. José e de repente senti-me amortilhado. Que diabos eram tantos, que não conseguiam aconselhar-me sobre a pobreza e injustiça de assumirem um papel de finado?

Com estes mecanismos malditos que me ocuparam mentalmente, comecei quase a deslizar para os princípios dos arcos da Rua Augusta, hora já adiantada. Passava da meia-noite e de repente, oiço um estrondo que foi ecoar por todo o Terreiro do Paço. Nos princípios da Rua da Alfândega, começa a deslizar um grupo de homens, encapotados e embuçados, crucifixos na mão e terços ao redor da cintura. Estranho reparar que toda esta encenação fazia lembrar-me as mesmas rondas efectuadas pela Inquisição, nos séculos idos. À cantilena do Padre Eterno (que me perdoe o Sr. Guerra Junqueiro), com tudo deserto à minha volta, com as vibrações a soarem, como uma trombeta a final, senti, tentando ao mesmo tempo, lembrando-me de algo

impossível, que me tivesse acontecido, mas nada... Ou talvez, enquanto caminhava.

Debrucei-me atentamente sobre o "espectáculo" aterrorizador a que tinha assistido na noite passada, quando, entretanto, cheguei ao venerável Café Canas, tertúlia, onde paravam os meus amigos.

Talvez os meus passos tivessem ido directamente naquela direcção, talvez não. O certo é que escolhi uma mesa e pedi uma "bica".

Rebuscando, sentado, os sentimentos e famílias e os sorrisos de cumprimentados, dos amigos senti por mais de uma vez, o bom que era estar sozinho, contemplando, sabe-se lá, os fingimentos a que o momento obrigava. Pensei então, que dia sim e não, era o dia mais curto do ano, onde as pessoas se diferenciavam daquilo que eram e sentiam mostrar uma alegria que por vezes era servidão e hipocrisia.

Veio finalmente a minha "Ciciolina", perdão, a minha italiana. Pus-lhe açúcar e mexi o líquido. Calmamente, peguei-lhe na asa e dispus-me a tragá-lo, quando de repente oiço um "crak"... A chávena com o meu precioso líquido, tinha-se quebrado e "felizmente", só encharquei a parte de cima das calças. Fiz um sorriso muito contrafeito, repuxei o meu casaco para baixo, como a esquecer aquele contrafeito acto e paguei o café não bebido.

Com aquela chuva enervante a cair, decidi, talvez, para acalmar os meus "maus figados", daquele dia, fazer quase um "cross" até casa. Se isto era fugir de tudo e de todos, verdade que fiz por me esquecer de um telefonema de um conhecido a convidar-me para uma Ceia de Páscoa, nessa noite. Arrepiei-me todo, inventei uma posição dura e inflexível e meti-me na cama a dormir a sono solto, sonhando como era fácil viver sem acontecimentos estranhos ao nosso redor.

Mário Villa-Lobos
Sócio nº 357

DIREITOS RESERVADOS

Parte de casa

Aluga-se parte de casa a pessoa só, com todas as serventias e podendo receber visitas.

Localizada na margem sul.
Responder para o telefone
(01) 933 15 23

3ª Companhia de Comandos Moçambique

António A. Oliveira Rocha da 3ª Cª de Comandos de Moçambique, em 1971/72, camarada de armas precisa de contactar consigo urgentemente. Pede-se a quem souber do seu paradeiro que informe o próprio.

A resposta deve ser enviada por escrito para a redacção do ELO, Av. Padre Cruz, Edifício ADFA, 1600 Lisboa ou pelo telefone (01) 757 05 02

Foto do Leitor Este concurso, lançado nos dois últimos números com fotografias de arquivo da ADFA, está a começar a dar os seus frutos e de forma bastante interessante. Do associado Filipe Tavares recebemos a foto que agora publicamos, onde figura como o último da direita, e que é outra parcela da mesma vista da fotografia anterior, ambas da autoria do Coronel Pinto Ferreira. Trata-se de dois grupos de combate da 38ª. Companhia de Comandos recolhidos no Rio Cacheu, da Guiné-Bissau, por uma embarcação da Marinha de Guerra, após uma operação-relâmpago helitransportada.

Este associado será o primeiro a receber o prémio anunciado - o livro "As barreiras invisíveis da integração". Esperamos que outros leitores recorram ao baú das suas memórias de guerra ou outras e nos enviem as suas fotos devidamente identificadas.

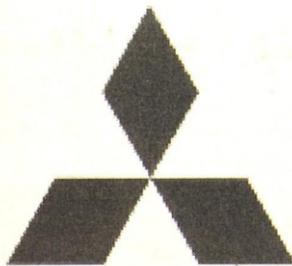


SONIPO Sociedade de Comércio de Automóveis, Lda.

Toda a gama em viaturas automáticas.

Atendimento personalizado por S. Amaidas (sócio da ADFA nº 8952)

Qta. da Algazarra, Lt. 13 - FEIJÓ - Telfs.: 274 57 55 / 258 34 24



**MITSUBISHI
MOTORS**

CONCESSIONÁRIOS
ALMADA - SEIXAL - SESIMBRA

Uma delegação original

ULTIMAMENTE andam alvoraçadas as hostes. De um lado os partidários da Delegação de Lisboa, do outro os que acham que isso de criar uma espécie de sucursal da ADFA dentro da própria Sede, é uma coisa sem pés nem cabeça, que não lembraria ao diabo.

Dizem os defensores da delegação, que esta é absolutamente necessária para o bom andamento dos trabalhos da ADFA, porque assim a Direcção Central ficará liberta para trabalhos de maior monta, deixando à direcção da delegação o trabalho associativo bem assim aquele que se prende com a organização dos sócios de Lisboa. É uma grande mistificação. Os sócios da grande Lisboa, que são os mais directos interessados no seu próprio bem estar, não estão, na sua grande maioria, de acordo com uma direcção regional, já que têm acesso à Sede onde funcionam os serviços centrais da Associação. Seria, na gíria dos crentes, como trocar o serviço de Deus pelo serviço dos santos.

Na minha opinião pessoal, e peço humildemente desculpa se estiver errado, a fobia de alguns dos mais directos defensores da citada delegação, nada tem a ver com o bem estar futuro dos sócios da região de Lisboa. O fito, é, a meu ver, bem outro. O que se pretende é dividir para reinar. Com a delegação ficam criadas as condições para uma possível hegemonia regional dos membros das futuras Direcções Centrais. E não me admiraria, que dentro de pouco tempo, tivéssemos uma Direcção Nacional a reunir e a ditar ordens desde Faro, Farnalício, Porto, Bragança e... porque não? Ponta Delgada ou Funchal.

Ora, a sede da ADFA é em Lisboa e é aqui que deve ser a residência oficial da nossa organização e, conseqüentemente da Direcção Central. E embora isso possa parecer heresia aos defensores das regionalizações a qualquer custo, é assim que deve continuar para que a ADFA continue a ter o carácter nacional que sempre teve.

A delegação de Lisboa, a existir, será uma originalidade associativa, através da qual ficaremos com boas perspectivas de entrar para o Guinness Book, ombreado assim com outras originalidades como o beijo mais longo, as pisas gigantes, as corridas de bandeja e eu sei lá que mais outros feitos fantásticos levados a cabo por outros tantos maduros deste planeta.



Carmo Vicente

Para além do mais, é absolutamente impensável meter no mesmo espaço uma direcção central e uma direcção regional com o peso que teria a delegação de Lisboa que, como todos sabemos, possui a maioria dos sócios a nível nacional. Os atritos seriam inevitáveis, para já não falar dos milhares de contos que tal evento custaria aos sócios pagantes da ADFA.

A ADFA precisa cada vez mais de sócios interessados em resolver os problemas que se arrastam há vários anos e que têm a ver com o bem estar daqueles que ainda nada possuem: os sem pensão, os que auferem pensões miseráveis, as nacionalidades dos que, em determinada altura, se envolveram connosco nas lutas erradas da história.

É nesse sentido que devem centrar-se as nossas preocupações. O resto são cantigas de adormecer.

A ADFA, em minha opinião, tem delegações mais do que suficientes, se não funcionam bem, há que reestruturá-las, reciclando-as. Não se resolve nem um problema, criando mais uma.

Por tudo o que já acima descrevi, deixem lá a delegação de Lisboa no domínio das fantasias. Não a fecundem, para não termos que ficar amanhã a braços com um aborto, que para além de pôr em risco a vida da parturiente, ainda não foi despenalizado.

PS. Foi um erro tirar o nosso amigo VALE do local onde trabalhava e podia dar as boas-vindas a quem chegava. Por vezes, era mesmo a única pessoa que muitos dos sócios de visita à Sede encontravam para conversar. Não sei de quem partiu a ideia de o encafiar na Portaria colocando-lhe na porta aquele letreiro muito em uso nas portas dos gabinetes dos quartéis: "PROIBIDA A ENTRADA A PESSOAS ESTRANHAS AO SERVIÇO" o que, na prática, impossibilita o VALE de contactar com os seus amigos. É que apesar da Portaria ser toda envidraçada, o nosso amigo é cego. Não pode, nem sequer, ver a banda passar. Foi isso que aquele adepto das proibições que lhe pôs o letreiro na porta, se esqueceu. Seja ele quem for, quero dizer-lhe, que a sensibilidade é condição essencial para quem pretende ser líder, se não a tem, aconselho-o a ir pregar para outra freguesia, pois nesta está certamente deslocado.

O ELO há 22 anos

Organizações fascistas atacam mesmo depois do 25 de Abril

A PRIMEIRA reunião, após o 25 de Abril, em que nasceu um documento para a Junta de Salvação Nacional, teve lugar no dia 14 de Maio. Para o dia 18 do mesmo mês haviam sido convocados «todos os inválidos» para uma reunião no Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa.

A Comissão «ad-hoc» da A.D.F.A., não sabendo por quem e para que fins havia sido convocada aquela reunião, decidiu enviar à mesma uma delegação.

Já no Lar Militar veio-se a constatar que a reunião havia sido convocada pela União dos Inválidos. Os deficientes em geral e sobretudo os residentes no Lar insurgiram-se de imediato contra a realização da reunião pelos promotores. Não admitiram que essa organização, que antes do 25 de Abril nada fizera para a reintegração social, viesse, agora, sabotar um movimento que os próprios deficientes haviam já antes do 25 de Abril desencadeado.

As actividades da União dos Inválidos reduziam-se a esmolar submissamente, junto dos ministérios fascistas, um aumento de pensões que nunca conseguiram. À falta de mais proficuas actividades, os seus dirigentes, alguns deles vítimas das guerras coloniais, dedicavam-se ao desenvolvimento de actividades saudosistas da guerra, culminando na realização do famigerado congresso dos combatentes do Porto, o que veio a constituir uma das causas do aparecimento do Movimento dos Capitães.

Os Deficientes das Forças Armadas, conhecedores das funestas actividades de organizações do género, negaram-se a por elas serem manipulados e, nessa tarde de 18 de Maio, boicotaram a reunião, tentando mesmo expulsar da sala os representantes da União dos Inválidos e as Senhoras da Cruz Vermelha e do Movimento Nacional Feminino.

A sessão veio a realizar-se sob a orientação da delegação da ADFA que aí se havia deslocado, tendo-se afirmado que só uma organização fundada pelos Deficientes e por eles conduzida seria capaz de servir de garante dos seus interesses. (In ELO nº7 - Março 1975)



O refeitório da ADFA, que apenas serve almoços, tem fornecido, desde o início de Março, pelo menos, mais 60 refeições diárias aos comensais do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA), cujo refeitório se encontra encerrado por motivos de obras. Este acréscimo resulta do cumprimento do acordado num protocolo de cooperação entre os Serviços Sociais do Ministério da Saúde (SSMS) e a ADFA. Cada refeição custa setecentos e vinte escudos e é composta de sopa, pão, prato - peixe ou carne - e sobremesa. A garantia das refeições diárias depende da comunicação prévia dos SSMS, que é feita com um dia de antecedência. Em conformidade com o estabelecido, esta situação mantém-se durante o mês corrente, podendo ser prorrogada até a reabertura do refeitório do INSA. S.X.P.



FARINHO LOPES

«CENTRO MÉDICO AMATUS LUSITANUS»

URGÊNCIAS DENTÁRIAS & SERVIÇO MÉDICO PERMANENTE

Linda-a-Velha (01) 4192083	Lagos (082) 764189
Algés (01) 411466	Castelo Branco (072) 321129
Pinhal Novo (01) 2381694	Ambul. Tagus (01) 4784333

Convenções com ADME, ADSE, CGD, CTT, CABLESA, EDP, MJ, SAMS (outros ex. Marconi, Telecom)
Atendimento privilegiado aos sócios da ADFA e reformados

Aberto aos sábados, domingos e feriados

TAGUS Protocolo ADFA ADM's
AMBULÂNCIAS

A qualidade de um serviço moderno, eficiente e personalizado à disposição dos associados da ADFA.

(01) 478 43 33 FAX (01) 478 43 34
Praceta das Descobertas, Ltº 9, Loja B-Paiã
1675 PONTINHA



A hora da vigília

Guilherme de Mello

Este é, cada vez mais, um mundo onde não há lugar para os que transgridam as regras que a promoção do tipo perfeito impõe. Um mundo que pertence em exclusivo aos belos, aos magros, aos altos. Os gordos e baixos e feios só, e excepcionalmente, no sector dos que tenham influência ou disponham de fortuna se aceitam. Não se admite que o sejam; mas, de qualquer modo, toleram-se.

Este é um mundo onde a velha e honesta luta pelo lugar ao sol, que dantes dava origem àqueles filmes de Hollywood que terminavam sempre na consagração do self-made-man foi substituída pela competição feroz e desumana, capaz de produzir monstros de egoísmo e violência prontos a ciliar, sem contemplação, quem se lhes atravesse no caminho.

Este é, sobretudo, um mundo onde segurança - não aquela que normalmente se entende em termos de poder ou não andar-se livremente pela rua a qualquer hora do dia ou da noite, mas a outra, a da estabilidade na vida - não tem mais significado nem expressão.

Noutro dia, um homem de sessenta e muitos anos escreveu-me a contar que andou uma vida inteira a ser honesto, a viver do seu trabalho humilde mas digno, para chegar agora ao fim da caminhada e não saber como pagar a renda, água, luz, mercearia e farmácia, do telefone já desistiu, com a pensão de reforma que lhe foi atribuída. E, na véspera, uma rapariga fizera-me o mesmo, a desabafar que tirou o seu curso superior, está casada há dois anos, tem já um bebé de poucos meses, e que continua, com o marido e o filho, atida a um quarto em casa dos sogros, porque tanto ele como ela sobrevivem de recibos verdes, sem garantias nem amanhã, e não podem partir ao encontro de uma vida própria.

Este é, de facto, um mundo onde as pessoas cada vez mais frequentemente se interrogam se alguma coisa valerá afinal a pena - sonhos, projectos, farei isto, decidirei assim - ou se nada realmente importa senão deixar-se que o tempo deslize e nos leve com ele sem que queiramos concretamente saber para onde, por onde, atrás do quê. É claro que aflige, esta falta de confiança, esta descrença crescente em relação ao devir, este desistir antes mesmo de se haver começado a lutar. Mas como não conseguir compreendê-lo?

Um dia, há longos, longos anos já, durante uma reportagem de guerra que realizava para o jornal onde então trabalhava, passei a noite no interior de Moçambique, estendido sobre o capim, no meio dos fuzileiros em cuja coluna seguia integrado, à espera que começasse a clarear para se avançar sobre o acampamento inimigo próximo. Tínhamos comido a ração de combate, bebido uns goles do cantil, e deixávamos apenas que o tempo se escoasse até que o momento de avançar acontecesse. Havia o mato à nossa volta, havia o manso arfar da noite a bafejar-nos a pele, havia, sobretudo, aquele mágico céu africano a cobrir-nos com um imenso toldo de veludo negro picado pelas traças. Deitado de costas, sem que o sono viesse, eu olhava os perfis dos guerreiros em seus camuflados repousando ao meu redor e sentia-lhes, como uma estranha corrente eléctrica que de corpo para corpo se transmitisse na noite espectante, a ansiosa espera feita de interrogações e angústias e temores a que, por dentro de si mesmos, se entregavam. A vigília de Jesus no horto.

Nunca mais haveria de esquecer, pela vida fora, essa hora única. Nunca mais a haveria de esquecer, ainda que sempre imaginasse que jamais a voltaria a viver. Ou a sentir à minha volta. Só que me enganei. Ela aí está, aguda e dolorosa, de novo viva e exacta, nos olhos de tantos dos velhos e dos novos com que me cruzo no dia a dia. O dia a dia deste mundo cada vez mais vazio de certezas e de amanhã e onde, tal como nessa noite que vivi no teatro de guerra, apenas conta, para eles, o passar do tempo e o deixarem-se por ele levar - sem saberem concretamente para onde, por onde, atrás de quê. ●



DIRECTOR: José Diniz
 PROPRIEDADE: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
 Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600 - Lisboa
 Telefone: 01 7570502 Fax 01 7571319



Elementos da Direcção Nacional (ao centro) com Júlio Pereira Gomes (à direita)

ADFA quer ver reivindicações satisfeitas

Acelerar resolução de problemas

NO SEGUIMENTO do projecto "Estruturas de Apoio e Legislação para os deficientes militares", entregue em Janeiro de 1996 no Ministério da Defesa, a ADFA esteve reunida em Lisboa, no dia 11 de Março, com o secretário de Estado da Defesa, Júlio Pereira Gomes, para analisar a situação dos deficientes militares em Portugal. Apesar da abertura em relação a algumas das reivindicações da Associação (acumulação de pensões dos deficientes em serviço; atribuição de pensões de sangue para os ascendentes e descendentes de deficientes militares que não estejam abrangidos por nenhum outro esquema de previdência) pouco mudou desde a última reunião com responsáveis do Ministério em Outubro do ano passado.

Em declarações ao ELO, Humberto Sertório, presidente da Direcção Nacional, confirmou que a reunião "não foi aquilo que a ADFA esperava. Determinados assuntos podiam estar mais avançados e não estão devido à burocracia do aparelho de Estado". No entanto, o dirigente, reconheceu ainda "que nem tudo depende da vontade do Ministério da Defesa Nacional".

A proposta para que a expressão Grandes

Deficientes das Forças Armadas passe a ser aplicada a todos os deficientes militares que tenham no mínimo 60 por cento de invalidez - e não 70 por cento como actualmente acontece - foi outro dos assuntos abordados na reunião, estando a proposta a ser analisada em conjunto com a Caixa Geral de Aposentações.

A Morosidade na revisão ou levantamento de um processo por deficiências adquiridas durante o serviço militar, a reorganização do lar militar (criação da nova comissão), a cooperação da Associação com os PALOP e o projecto ADFA 2000 (a ser instalado nos terrenos circundantes à sede e que criará uma tipografia escola e uma oficina da próteses e formação) foram outros temas tratados durante o encontro.

Como consequência desta reunião, está já marcada uma audiência com o director coordenador da Caixa Geral de Aposentações e com o secretário de Estado do Orçamento, com o objectivo de sensibilizar estes responsáveis para a necessidade urgente de resolver os principais problemas dos deficientes das Forças Armadas. ● N.C.

A Associação Portuguesa de Hemofílicos (APH) realizou uma conferência de imprensa, dia 14 de Março no salão nobre da ADFA, em consequência da mais recente decisão judicial relativa ao processo de contaminação de hemofílicos, envolvendo Leonor Beza e sua mãe, Maria dos Prazeres Beza, entretanto despronunciadas. No comunicado intitulado "E o juiz concorda", tornado público na conferência, a APH invoca que a inexperience do magistrado o terá, "por certo, levado a uma leitura oblíqua do processo". Foram também referidas "pressões" a que o juiz foi sujeito, inclusive no próprio dia da leitura da sentença, decisão que a APH classificou de "longa, fastidiosa, repetitiva, vaidosa, arrogante e ostensivamente contraditória". Apesar de inúmeros factos que a APH apresentou como relevantes para o processo, na conferência de imprensa, esta Associação não manifestou intenção de recorrer da decisão, embora deixasse a hipótese em aberto. ● S.X.P.



Analisar direitos

Está marcada para o dia 21 de Março, a primeira reunião do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas, organismo recentemente criado (ver ELO de Fevereiro) com o objectivo de apoiar a Direcção-Geral de Pessoal do Ministério da Defesa, nas questões relativas à Política de Reabilitação dos Deficientes das Forças Armadas. Na reunião agora agendada está prevista a abordagem de assuntos relacionados com a integração social, direitos e garantias dos deficientes militares, como por exemplo, as doenças psíquicas (stress de guerra), relacionadas com a prestação do serviço militar; os acidentes "in itinere"; a situação dos Grandes Deficientes internados no Anexo do Hospital Militar Principal; a atribuição de pareceres diferentes por parte das juntas médicas e da Caixa Geral de Aposentações; a morosidade nos processos de qualificação de acidente ou doença em serviço; a atribuição de pensão de preço de sangue por doença adquirida ou agravada em serviço e atribuição de pensão aos familiares de deficientes militares falecidos, com grau de desvalorização inferior a 60 por cento. ●

Revisão estatutária

Um grupo de trabalho composto por associações da Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra (FMAC) reuniu-se no mês de Fevereiro, em Paris, para debater assuntos relacionados com reformas estruturais da organização, como por exemplo, a descentralização dos órgãos da FMAC e a valorização dos problemas da reabilitação e integração dos deficientes das Forças Armadas. A passagem das Comissões Permanentes a órgãos estatutários, com secretariado próprio e alterações ao Secretariado Executivo, possibilitam a descentralização. Os órgãos resultantes da promoção das Comissões passam a estar integrados no Secretariado Executivo, onde se farão representar. No encontro em Paris estiveram José Arruda e António Carreiro a representar a ADFA. O grupo de trabalho foi criado em consequência da aprovação da "Resolução 29", durante a última assembleia geral realizada em Dezembro de 1994, em Bordéus, com o objectivo de incentivar a participação das associações nas actividades da Federação. Este grupo de trabalho pretende introduzir no funcionamento da FMAC, uma nova dinâmica que passa pela renovação dos quadros e actividades. ●

FARINHO LOPES